

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E OITO DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E DEZASSETE:**=====

===== *Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e dezassete, pelas dezassete e trinta horas, na **Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro**, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre Presidência do Senhor **António Luís da Fonseca e Grifo** – Primeiro Secretário, Secretariado pela Senhora **Helga Alexandra Freire Correia** – Segunda Secretária e pela Senhora **Ana Sofia Ferreira de Pinho** e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:*=====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;*=====

===== **Ponto dois:** *Certificação legal das contas do Município – Relatório e parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Conhecimento e apreciação;*=====

===== **Ponto três:** *Documentos de Prestação de Contas Individuais 2016 – Apreciação e votação;*=====

===== **Ponto quatro:** *Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2016 – Aprovação;*=====

===== **Ponto cinco:** *1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2017 – Aprovação;*=====

===== **Ponto seis:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2016 - Após encerramento das contas municipais – Apreciação;* =

===== **Ponto sete:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 31/12/2016 - Após encerramento das contas municipais – Apreciação;*=====

===== **Ponto oito:** *Abertura de procedimento concursal e designação de júri para provimento de um lugar/ cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão Municipal de Educação - Autorização;*=====

===== **Ponto nove:** *Abertura de procedimento concursal e designação de júri para provimento de um lugar/ cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão Municipal de Conservação e Gestão Operacional - Autorização;* =====

===== **Ponto dez:** *Protocolo para uma estratégia de combate à violência doméstica e de género – Aprovação/ Ratificação;* =====

===== **Ponto onze:** *Regulamento Municipal de Ruído do Município de Oliveira de Azeméis – Alteração – Aprovação;* =====

===== **Ponto doze:** *Isenção do pagamento de taxas devidas pela utilização dos transportes municipais – Aprovação;* =====

===== **Ponto treze:** *Desafetação do domínio público de uma parcela de terreno, sita na Zona Industrial de Fajões – Aprovação;* =====

===== **Ponto catorze:** *AFS – advanced solutions, S.A. – Pedido de reconhecimento de interesse público municipal do investimento realizado e a realizar e pedido de isenção de IMT e IMI;* =====

===== **Ponto quinze:** *GOODRYSER – forest management, S.A. – Pedido de reconhecimento de interesse público municipal do investimento realizado e a realizar e pedido de isenção de IMT e IMI.* =====

===== ***Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:*** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *José Filipe da Silva Carvalho, António Ilídio Martins Godinho, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Sérgio Manuel Esparrinha Leite, José Francisco Brandão de Oliveira, João Pedro Queirós Xará, Carlos Manuel Costa Gomes, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, António Castro Alves da Cruz, Nuno Ricardo Fernandes Pires, Maria Helena Soares de Oliveira Lestre, António Manuel Fernandes Aguiar, André Lourenço Pereira Ribeiro, José Rodrigues Santos e Carlos Manuel Pinho e Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Bruno Armando Aragão Henriques, Helena Maria Dinis dos Santos, José António Domingues Marques Lourenço, José Ramos da Silva, Ana Raquel Simões Teixeira, Pedro Luís Paiva Dias, Nuno Miguel Soares de Jesus, Cristina Maria Valente de Pinho, António Marques Silva, Rui Jorge da*

Silva Cabral, Bernardo Amaro Moreira Simões, Simão da Costa Godinho, Armindo Fernando Martins Nunes e Agostinho Tavares.=====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Pinto Moreira, Jorge Paulo de Melo Pereira e Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva.*=====

===== **Independente:** *Augusto Moreira.* =====

===== **Ausência dos Membros:** *Manuel José Tavares Soares (PS) e José Manuel Marques Ribeiro Pinheiro (PS).*=====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: José Filipe da Silva Carvalho que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva; António Ilídio Martins Godinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido António Manuel da Costa Alves Rosa; Sérgio Manuel Esparrinha Leite que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido António da Silva Xará; João Pedro Queirós Xará que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido José Domingos Campos Silva; Rui Jorge Rios Santos Rocha que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.*=====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando:*=====

===== *Boa tarde a todos, Senhor Presidente de Câmara, senhores Vereadores, caros colegas de Assembleia, senhores presidentes de Junta, vamos então iniciar esta sessão da Assembleia Municipal.*=====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== *Para iniciar Período de “Antes da Ordem do Dia” o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno de Jesus, do PS.* =====

===== *Muito boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia em exercício. Três assuntos que me trazem cá: o primeiro já é recorrente aqui na Assembleia já foi aqui falado pelo deputado do CDS/PP, Jorge Melo Pereira, e numa Assembleia Municipal mais recente até mesmo pelo Senhor Presidente da Assembleia, e*

que se prende com iluminação pública do IC2 no nó de Oliveira de Azeméis – Centro: Lâmpadas completamente apagadas, algumas destruídas, falta de postes e pelo menos um poste caído no separador central. A esta situação, eu somava uma outra no nó de Besteiros – da variante à EN 224, portanto, a variante que vai do IC2 à portagem de Estarreja, existem duas torres de iluminação pública com projetores fixos e a grande maioria desses projetores com o tempo inclinaram e nada mais iluminam que as bases das torres. Senhor Presidente da Câmara, eu tenho a informação que: a responsabilidade de ambas as situações não é das Infraestruturas de Portugal mas sim do Município de Oliveira de Azeméis. O segundo assunto que me traz cá tem a ver com as alterações de trânsito na cidade que de uma forma geral parecem ter resultado, mas há duas situações em especial para as quais gostaríamos (PS) de chamar a atenção: Uma delas na zona de Sto. António, Senhor Presidente - é necessário arranjar soluções para aumentarmos o número de lugares de estacionamento daquela zona. Todos já constatamos que pelo menos duas lojas fecharam naquela zona e a larga maioria dos comerciantes continuam a ver a sua vida andar para trás com quebras de faturação. Ainda acerca das alterações de trânsito na Avenida General Humberto Delgado, esta mesma que dá acesso aqui à biblioteca, achamos que a melhor solução seria alterar novamente o sentido do trânsito para evitar o constrangimento junto ao quiosque e ainda para evitar uma situação que eu próprio já constatei, pessoalmente, e que se prende com o estacionamento do lado dos prédios. Há ali muita gente a entupir o trânsito porque ficam confusas com a forma de como devem estacionar naquele sítio em espinha. E, como não há duas sem três, o último assunto que me traz cá Senhor Presidente tem a ver com a nossa zona industrial (Oliveira de Azeméis/Santiago Riba-Ul) que nos últimos tempos apresenta mais trânsito, muito mais estacionamento, não diria desregrado mas muito mais intenso, muitos camiões, e ainda bem, é importante porque demonstra dinâmica industrial. No entanto, achamos que para resolver os problemas e evitar os constrangimentos de trânsito e de estacionamento se calhar devíamos optar por vias de sentido único e circulação em anel. Achamos que seria uma solução que poderia melhorar largamente estes dois constrangimentos – trânsito e estacionamento. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Oliveira, do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras, público em geral. Foi inaugurada há poucas semanas a nossa primeira ciclovia com o sistema de bicicletas partilhadas. Foi uma festa bonita e estranhamente consensual. A tendência mundial para o uso crescente da bicicleta está felizmente a ser adotado em Oliveira de Azeméis e até contou com a presença do Senhor Ministro do Ambiente. Presença que foi para além de um enorme privilégio

a certificação oficial de que o caminho que está ser percorrido pela Câmara de Oliveira de Azeméis é o caminho certo. Porque mais do que uma moda, é um estilo de vida saudável que importa promover. O estímulo à caminhada e ao uso da bicicleta deve ser uma prioridade absoluta. A criação de vias pedonais e cicláveis é uma oportunidade para, e aproveitando fundos comunitários, regenerar a cidade dotando-a de melhores condições e de uma nova identidade estética. E julgo que hoje ninguém tem dúvidas de que a ciclovia que envolve a zona escolar e desportiva é uma marca de orgulho para todos, mesmo para aqueles que tantas críticas destrutivas lançaram quando as obras foram para o terreno. Pena que, hoje, esses não tenham a humildade de virem a público, pelos mesmos meios que recorreram na altura, admitir que estavam errados e fizeram juízos apresados. E é muito interessante verificar que dia após dia a utilização destes espaços da Biclaz cresce a olhos vistos, demonstrando que a aposta foi certa e que merece o apoio das pessoas que é afinal o apoio que verdadeiramente interessa. E não tendo uma relação direta com a Biclaz e com a ciclovia quero aqui destacar também alguns pequenos grandes sinais que provam que toda a estratégia resulta de um planeamento cuidado para a valorização da cidade e que aposta nas pessoas e na mobilidade - refiro-me, por exemplo: aos equipamentos desportivos ao ar livre no jardim Maria Adília Alegria; à renovação do parque infantil no Parque da Cidade; à renovação e instalação de novos equipamentos de diversão infantil espalhados pelas ruas pedonais ou, ainda, à instalação de postes de abastecimento elétrico para os automóveis. Podíamos ainda falar da elevação de passadeiras para peões e da aposta crescente na iluminação led, entre outras ações permanentes de respeito pela segurança e que demonstra que nada disto é feito por acaso. São sinais importantes que a Câmara Municipal está a dar de compromisso com as pessoas e de que está com os olhos postos no futuro. Já que, como o Senhor Presidente da Câmara anunciou na inauguração, o investimento nestas áreas vai continuar até 2020 estando garantidos mais €2.000.000,00 (dois milhões de euros), que se acrescentam aos €500.000,00 (quinhentos mil euros) que já foram investidos. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada Ana Sofia Pinho, do PS. =====

===== Boa tarde a todos os presentes. Cumprimentos a todos, na pessoa do Senhor Presidente em exercício. Começo por questionar o Senhor Presidente, indo diretamente ao assunto e porque esta história já é longa, - a pergunta é direta: - Como é que está a situação da propriedade, do edifício do Antigo Centro de Saúde? - Que medidas é que estão a ser tomadas pela Autarquia a fim de pressionar o Estado, quer seja o Ministério da Saúde, quer seja o Ministério das Finanças ou outro, à resolução definitiva desta situação? Eu lembro que há cinco meses atrás, na última Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2016, o antigo Presidente de Câmara afirmou vivamente que até ao fim daquele ano civil seria encontrada uma

solução definitiva. E eu pergunto: Então, como é que está essa situação e qual será o próximo capítulo desta epopeia? =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno Pires, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Sintam-se cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício e do Senhor Presidente da Câmara. Ao longo de um tempo recente vínhamos assistindo a um discurso retórico de que tudo está mal em Oliveira de Azeméis e de que a culpa de tudo isto é do Partido Social Democrata porque os oliveirenses sempre elegeram o PSD para liderar o destino do nosso concelho. Ao longo desta minha intervenção falarei do recentemente inaugurado Centro de Negócios da Área de Acolhimento Empresarial em Ul/Loureiro. Mas gostaria de voltar um pouco atrás apenas para tentar demonstrar uma opinião muito pessoal acerca daquilo que o Partido Social Democrata, enquanto executivo, fez de estratégico para o desenvolvimento do concelho ao longo de muitos anos. É óbvio que o PSD é responsável pelo sucesso da estratégia desenvolvida nas mais diversas áreas: Oliveira de Azeméis, ao longo dos anos tem vindo a fazer uma aposta na Educação e essa aposta vai do Pré-escolar ao Ensino Superior. Esta estratégia teve como principal objetivo a criação de condições para uma aprendizagem de sucesso e muitas vezes especializada. Oliveira de Azeméis é hoje uma referência pelo exemplo, pelo rigor e pela qualidade do seu ensino. E ainda recentemente o nosso município foi pioneiro ao aderir ao Programa Decentralizar Educação. O município decidiu fazer de forma diferente e hoje colhe os frutos desta opção que, curiosamente, e mais uma vez, teve o Partido Socialista como oposição. Este programa, para além das competências de gestão da educação no concelho, permitiu ainda a requalificação do parque escolar. O ensino superior existe no nosso concelho fruto de uma estratégia de investimento que o Município e naturalmente o PSD tem vindo a fazer nomeadamente, com a Escola Superior de Enfermagem que está a crescer, bem como o Polo Norte da Universidade de Aveiro. O ensino superior, para além de ter formação especializada, representa naturalmente uma dinâmica económica para o nosso concelho e deve estar próximo das nossas empresas cobrindo as suas necessidades de formação tornando cada vez mais as nossas empresas competitivas e inovadoras. O recentemente inaugurado Centro de Negócios é apenas mais uma infraestrutura que irá permitir a captação de investimento e desenvolvimento científico e tecnológico. Compete ao Município de Oliveira de Azeméis criar condições para que esta infraestrutura possa funcionar de forma excelente. É uma mais-valia para as empresas do nosso concelho, bem como para a captação de novas empresas. Esta infraestrutura representa um investimento de cerca de 1,9 milhões de euros e é mais uma aposta no futuro. É óbvio que temos os melhores dos melhores empresários do nosso país. No entanto, a estratégia do Município tem sido criar condições para um desenvolvimento equilibrado e sustentado das suas empresas, dou como exemplo a taxa de derrama que há muitos anos é das mais baixas do distrito de Aveiro e, no

entanto, como se verificará ainda nesta Assembleia, a receita desta taxa proveniente deste imposto tem vindo a aumentar: Sinónimo da pujança do tecido empresarial do nosso concelho. Esta estratégia apresenta já hoje resultados pois a taxa de desemprego em Oliveira de Azeméis é das mais baixas da região norte do país, senão a mais baixa. E somos dos concelhos com mais exportações e com o desemprego bem abaixo da média nacional, o que trás aos oliveirenses expectativas de vida que não existem no resto do país. Toda esta estratégia é importante para a dinâmica económica e social dos oliveirenses. E, sim, também é resultado da gestão do Partido Social Democrata ao longo dos anos no concelho de Oliveira de Azeméis que muitos tentam desvalorizar. =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Bernardo Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque.* =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia em exercício, senhoras Secretarias, Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, público, imprensa, colegas – Boa tarde a todos. A primeira nota: Queria-me congratular, e a esta Assembleia também, com os 50 anos do Grupo Desportivo de S. Roque e em particular com os 95 anos do Sporting Clube de Bustelo. Queria dar os parabéns à sua direção e ao senhor presidente em exercício (senhor presidente honorário), que tem sabido acompanhar o clube com muita dignidade e com muita hombridade e que nos orgulha, nos honra, honra Bustelo, honra S. Roque, Oliveira de Azeméis, e à Associação de Futebol de Aveiro de quem são fundadores. Outra nota: Queria congratular o Luís Onofre pela sua eleição como Presidente da Associação de Calçado, o mérito é tudo dele. Queria congratular também a presidência anterior, o Sr. Fortunato Frederico, sobretudo pelo exemplo de paridade e igualdade de género a que o setor chegou em articulação com os sindicatos: Vencimento igual para trabalho igual. Parece básico, mas é de facto uma conquista civilizacional. Congratulação pela dinâmica da criação de mais de 200 empresas de calçado nas diversas regiões, atraindo novos postos de trabalho e proporcionando ao setor mais de €2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros) em exportação. Em sentido inverso é de lamentar que no município, particularmente em S. Roque, se deslocalizem ou fechem as principais fábricas de marcas consagradas como a “ERA”, “PABLO FUSTER”, “BELEZA”, etc..., representando nestes últimos anos uma perda de centenas de postos de trabalho. Senhor Presidente a dinamização da zona industrial de S. Roque, sempre a ser adiada, ajudaria a minimizar o impacto destes problemas, principalmente a motivar e orientar os empresários para não continuarem a construir fábricas no meio das populações, sendo este o mal menor ou até um bem em certas circunstâncias, que tem causado alguns embaraços e incompreensões à Junta de Freguesia que com eles vive diariamente. Obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício. Aproveito também para saudar as senhoras Secretarias, os senhores Vereadores, todos os membros desta Assembleia Municipal e demais presentes, público e comunicação social. Relativamente às diferentes interpelações que foram feitas e começando pela primeira que foi colocada pelo membro Nuno Jesus: Referir que a questão da iluminação pública do IC2, no que diz respeito à rotunda que dá acesso à cidade, não é uma responsabilidade da Câmara Municipal mas é uma responsabilidade da Câmara Municipal fazer as démarches necessárias para de uma vez por todas resolver aquele problema. E posso-lhe dizer que, já temos o parecer favorável das Infraestruturas de Portugal e que temos prevista uma reunião para terça-feira com a GNR, em maio vai ser resolvido este problema com a iluminação pública. Relativamente ao nó de Besteiros: Confesso que não tenho aqui nenhuma informação para lhe dar. Mas, naturalmente, também estaremos atentos e faremos os possíveis para resolver estas situações. Em relação à primeira: Dizer-lhe que, seguramente, que em maio nós temos o problema resolvido e que era uma necessidade que já tínhamos manifestado aqui e também na reunião de executivo municipal e, portanto, não estivemos parados mas sim a procurar resolver este problema como tantos outros. Relativamente às alterações de trânsito em Stº. António: Também há uma manifestação de interesse que nos foi feita de diversas formas e por algumas pessoas que nos têm abordado. E nós tencionamos resolver esse problema. Agora, é evidente que nós poderíamos (não podemos na realidade) criar lá mais estacionamento (um número indefinido de lugares), mas provavelmente não impediríamos que uma ou outra loja possa fechar. Não creio que fechem só porque não existem lugares suficientes para estacionamento. Mas pode de alguma forma ajudar à dinamização do comércio. Agora temos que perceber que é uma zona bastante estrangulada, que é uma zona de confluência de muito trânsito e as soluções nem sempre são fáceis de encontrar e têm que ser devidamente estudadas e têm que ser bem acauteladas em detrimento do interesse de todos e não em detrimento do interesse de alguns ou de particulares. Tem que ser uma solução equilibrada e favorável aos comerciantes e a quem circula naquela zona. Relativamente à Rua General Humberto Delgado: Esta situação foi outra que já foi abordada em reunião do executivo, que foi ontem, e deixe que lhe diga o seguinte: Não custa nada admitir que a solução encontrada possa não ter sido a melhor. Na altura, recorde-me que foi até uma proposta que foi feita pela GNR, sendo que o sentido do trânsito devia ser este e não o anterior. Mas confesso que não gosto e é fácil constatar, sobretudo na zona do quiosque, que aquele estrangulamento não facilita a circulação viária que é necessária que exista e onde o fluxo de trânsito deva ser de forma livre e não com aquele estrangulamento, sobretudo, para veículos que tenham uma dimensão maior que um carro ligeiro. Portanto, também não me custa nada admitir que já pedi que os serviços se prenciassem sobre esta*

matéria. Não sei se vamos efetivamente mudar o trânsito ou se haverá outras soluções. Não sou especialista nessa matéria, mas podemos rever essa situação e podemos admitir voltar a uma situação diferente. Bem como a questão do estacionamento na zona não intervencionada da rua e, até porque, houve um ou dois creio que moradores que vieram falar comigo e não sei essa situação já foi resolvida ou se ainda persiste, havia lá uma ou duas placas de cimento que causam algum constrangimento, inclusive uma pessoa não se apercebeu das placas e teve lá um problema com o seu veículo. Portanto, é uma questão que tem que ser rapidamente resolvida e sobretudo a questão daquele estrangulamento. Quanto à zona industrial: Eu fico muito feliz por este ser um problema nosso, ou seja, eu fico muito feliz por termos lá muitos veículos e muitos camiões a transportar e a levar matéria-prima ou produtos já transformados. Isto significa que temos uma zona industrial que tem, de facto, uma grande pujança, uma grande dinâmica e estão ainda a ser concluídos os alargamentos de algumas indústrias. E, portanto, se o problema já existe pode, assim, agravar-se quando aquelas unidades industriais terminarem o seu alargamento. O nosso compromisso é de estudarmos uma solução. Pode ser aquela que indicou de sentidos únicos e de circulação em anel no sentido de minorar os problemas de trânsito que temos sobretudo nas horas de ponta. Eu já experimentei passar lá em horas de ponta e, de facto, é um problema para além ainda das questões de estacionamento indevido. E que, de vez enquanto, as autoridades ao cumprir o seu papel causam alguns incómodos a quem estaciona em sítios que não são permitidos e que depois são confrontados com multas e que não são em circunstância nenhuma agradáveis. Mas, para além disso, a questão do estudo de uma solução que minimize aquilo que são os problemas: - digo minimize, porque devido às características das vias que temos e à confluência que têm nunca será possível resolver completamente a questões como seria desejável, porque tem que haver uma atuação para ajudar a resolver. Relativamente à intervenção do membro desta Assembleia José Oliveira, dizer o seguinte: Evidentemente que hoje todos nós reconhecemos, mesmo aqueles que eram mais incrédulos e descrentes, que a intervenção que foi feita sobretudo aqui no centro da cidade e que passa aqui mesmo em frente a este espaço, que envolve e que abraça se assim quiserem a zona desportiva e a zona escolar, é uma boa solução e que merece um destaque. Hoje é reconhecida por unanimidade a valorização da cidade, assim como a procura de estimular o uso destas vias e a prática de caminhada e andar de bicicleta. Que é um sistema que não me canso de dizer, é exemplo até para outros municípios. E que nos sentimos todos muito orgulhosos nesta matéria e reafirmar aquilo que disse – que isto é uma aposta para continuar e eu espero que até 2020 possamos ter ligada a cidade ao Parque de La-Salette. E, de alguma forma, fazermos aqui também aquilo que é a devolução da cidade, não aos automóveis, mas sim aos cidadãos. Faz todo sentido que liguemos a cidade ao seu ex-libris e do qual tanto nos orgulhamos, o Parque La-Salette. Obviamente que as melhorias não ficaram por aqui, fizemos muitas mais: Desde o Parque Dona Adília e as plataformas para a prática não formal de exercício físico nos jardins, os equipamentos urbanos, enfim, é uma preocupação que de facto tem vindo a ser uma constante, sobretudo reafirmando aquilo que é o nosso compromisso. O nosso compromisso é

com os cidadãos, com as pessoas. Acho que temos que proporcionar as condições para criar melhores condições para que os cidadãos possam viver no seu espaço citadino, no seu espaço rural se for o caso, mas em boa harmonia com o ambiente que o rodeia. Relativamente à intervenção da Ana Sofia Pinho, dizer-lhe o seguinte: Eu, obviamente, não fiquei parado relativamente à questão do ex-Centro de Saúde. Obviamente, que eu não advogo que nós assumamos à força aquilo que por natureza é nosso. E vou explicar porquê: Porque, na sequência também da interpelação que foi feita, aqui na última Assembleia Municipal, logo que foi possível reuni com o senhor diretor da ARS-Norte, o Dr. Pimenta Marinho, e estivemos longamente a falar sobre este assunto e foi recontado o historial que toda a gente já conhece das diferentes intenções e os diferentes documentos que circularam e chegamos a um ponto que não é um nó górdio mas é quase um ponto sem retorno. O Dr. Pimenta Marinho estava acompanhado por um jurista e uma secretaria que o acompanha neste exercício e chegamos a um ponto que é: a dificuldade que existe para a ARS-Norte provar que aquele terreno e aquele edifício é de facto propriedade da ARS. E eu agora digo ARS porque, como sabem, foi estabelecido um protocolo com a ARS no sentido de que a Câmara participaria nas obras do novo Centro de Saúde em 30% e daria os terrenos e no final das obras o Antigo Centro de Saúde passaria para a Câmara. Mas o problema é que se temos aqui a legitimidade da propriedade do terreno - significa que, muito provavelmente, - quem fez o protocolo como primeiro outorgante não tem capacidade de provar que aquilo é seu, - tudo isto fica em causa. Todo o protocolo fica em causa. Mas a verdade é que a Câmara já dispôs de 460 mil euros que entregou relativamente à primeira fase das obras; É verdade também que a Câmara Municipal em relação a primeira fase das obras já fez arranjos interiores e exteriores a pedido do ACES e da própria Administração da Saúde; Temos lá um volume de investimento muito considerável; Nós nunca fomos notificados para a parte restante que eventualmente falta pagar. E voltamos à questão do início: Afinal de contas, é válido ou não é válido este protocolo? Aquele edifício é nosso ou não? Mas depois disto tenho a acrescentar o seguinte - e eu acho que tenho aqui um ofício que me foi remetido no dia 12 de abril de 2017, da ARS Norte, que eu acho que nos merece se calhar alguma atenção e que me faz refletir sobre todo este processo e onde quem está de boa-fé e está de consciência tranquila sobre esta matéria (onde eu penso que ambas as partes estão). Ou seja, nos queremos honrar o nosso compromisso mas queremos que as coisas sejam feitas com justiça, com equidade e também ter em atenção que nós já quase cumprimos com a nossa obrigação e não temos nenhuma fatura por liquidar relativamente a esta matéria. Mas, já agora, relativamente à resposta que recebi da ARS Norte, entre outros considerandos, diz o seguinte: “ ... conscientes dos formalismos legais que ainda importa observar vimos por este meio submeter à consideração de Vossas Excelências (portanto este ofício foi dirigido à Câmara Municipal) a possibilidade de esta Direção da Região Norte de Saúde não se opor a que seja a Câmara Municipal a proceder à justificação e posterior registo do imóvel onde funcionava o Antigo Centro de Saúde com a inerente desnecessidade da justificação e registo a favor desta ARS, com o evidente ganhos de economia, de tempo e de encargos mediante pagamento de 30% do valor

despendido por esta ARS na construção do novo Centro de Saúde.” Nós temos aqui duas questões que volto a relembrar: Primeiro a impossibilidade da ARS-Norte tem de dizer “isto é nosso”; Mas agora admitir que a possamos registar em nosso nome; mas mesmo assim não abdicam dos 30%. Esta é obviamente uma questão que tem que ser muito bem pensada. Os serviços vão ter que analisar muito bem esta situação que é nova e que temos que reconhecer que há pelo menos um novo passo já foi dado para que possamos fazer o registo da propriedade em nome da Câmara Municipal. Mas se fizermos o registo em nome da Câmara Municipal significa, basicamente, a admissão que afinal este imóvel é da Câmara Municipal. Se é da Câmara Municipal, porque é que vou ter de fazer todo o resto relativamente ao compromisso que foi assumido na base do protocolo? Que na realidade nem devia ter existido uma vez que não havia fundamento para a sua existência. Em qualquer circunstância o que vos posso dizer é o seguinte: A Câmara Municipal está e continua de boa-fé em tudo este processo e, sobretudo, quer que haja uma solução o mais rapidamente possível. Portanto, está disponível para cumprir com este desígnio e poder fazer o registo do imóvel em seu nome e de tomar posse efetiva do imóvel. E a questão dos 30%, deve ser encarada como um princípio no sentido de que não vamos justificar os valores que estão inicialmente previstos e que podemos eventualmente encontrar uma solução para ambas as partes, no sentido de criarmos ou sairmos do empasse a que esta situação realmente chegou. Criamos aqui um compromisso, já tive uma conversa posterior a este ofício que recebi da ARS, no sentido em que nos iremos voltar, primeiro, a analisar isto juridicamente e voltar à questão com a ARS para procuramos uma solução que dignifique as duas partes e que de uma vez por todas nós possamos contar com este imóvel de direito e de facto como propriedade da Câmara Municipal para os fins que já aqui foram falados e os quais eu acho que devam ser os fins, nomeadamente que possa ser um fórum da juventude com outras variantes / valências de acordo com o projeto que venha a ser desenvolvido. Desde já peço desculpa por me ter alongado um bocadinho nesta questão mas, chegados ao ponto que chegamos achei que era importante ter este esclarecimento em relação a todas as nuances que este processo teve. Relativamente à intervenção do Nuno Pires: É evidente que o concelho de Oliveira de Azeméis tem sido pioneiro em muitas áreas e continua a ser um pioneiro apetecível. Por isso é que nós chegamos ao ponto que chegamos, principalmente aos números que ainda hoje foram divulgados relativamente ao desemprego. E é óbvio que nós temos muito a ver com a dinâmica que temos no município e por força aquilo que é ou são as nossas instituições de ensino. E como já aqui falaram do Programa Aproximar Educação, da força que é a nossa Escola Superior de Enfermagem que em breve vai concluir as suas obras para se tornar em Escola Superior de Saúde, do polo da Escola Superior de Aveiro, da inauguração do Centro de Negócios que é uma mais-valia não só para Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro mas que pode potenciar ainda mais o crescimento económico do município de Oliveira de Azeméis. E dizer-lhe que, com os números a que hoje tive acesso, o desemprego de uma forma geral no distrito de Aveiro baixou e onde baixou mais foi precisamente na Murtosa, em Aveiro, e em Oliveira de Azeméis baixou para 4,9%. Isto são

valores que foram registados nestes concelhos com maiores reduções de desemprego oficial. Isto são boas notícias, são notícias que nos devem privilegiar e de alguma forma são estudos sobre a dinâmica do nosso concelho e daquilo que é a capacidade por um lado de desenvolvimento empresarial dos nossos empresários e que obviamente tem a ver com da capacidade de atração. E, eu posso vos confessar que, tenho procurado acompanhar (ainda ontem estive em Carregosa e visitei algumas empresas e estive naquela área de acolhimento empresarial), estou impressionado com a expansão das empresas existentes e das novas empresas que temos no nosso município, inclusive das que já estão projetadas. Relativamente ao senhor Presidente de Junta de S. Roque, Amaro Simões, obviamente que nos regozijamos todos com os 50 anos do Grupo Desportivo de S. Roque e com os 95 anos do Sporting Clube de Bustelo, onde pudemos também estar nesse evento que foi realizado. E também nos associamos à nova direção da APICCAPS que já é dirigida pelo nosso Comendador Luís Onofre o que obviamente nos satisfaz. E penso que foi a primeira vez que a APICCAPS teve dois concorrentes, um de Felgueiras e um de Oliveira de Azeméis, onde venceu e bem com toda a justiça o nosso conterrâneo Luís Onofre. Relativamente à zona industrial de S. Roque, expressamente evocada pelo senhor Amaro Simões: Nós podemos ter zonas industriais magníficas. E há muitas espalhadas por este país a fora. Mas tem que haver sempre um compromisso. O compromisso da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia naquilo que são os seus limitados poderes têm de ser fatores facilitadores. Por isso, possa ter a certeza que a Câmara Municipal o é. Mas também tem que haver necessariamente a motivação e o interesse por parte dos empresários. Nós não podemos ter zonas industriais sem ter empresários que queiram lá investir. Portanto, meu caro: Fazamos tudo de maneira a que estas empresas que fecharam e que eram de referência e que talvez não tivessem as devidas condições para prosperarem no mercado consigam reerguer-se, consigam de alguma forma ser atração para a zona industrial que S. Roque merece e que deve de facto expandir-se. Mais do que a termos criada no papel ou no desenho importa que as empresas possam e queiram de facto lá estar. Não sabe o quanto eu sou o primeiro a lamentar uma que seja unidade industrial que sai do nosso concelho, não especificamente só de S. Roque. Acho que é uma perda e que é sempre riqueza que sai e postos de trabalho que deixam de existir. Sendo certo que, apesar de tudo, estamos com uma taxa de desemprego que é anormal e que talvez seja das mais baixas do país. Nos tínhamos antes Vale de Cambra à nossa frente e já a ultrapassamos. Portanto, só não trabalha em Oliveira de Azeméis quem realmente não quiser. Com estes números, e entendendo-os desta forma, podendo não ser para aquilo que realmente se rumou mas, de facto, temos pelo menos este dado positivo para além de que somos um dos concelhos que contribui mais na região norte por ser um dos maiores exportadores do país. Peço desde já desculpa por me ter alongado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Nuno de Jesus, do PS. =

=====
 Senhor Presidente da Câmara, lamento dizer-lhe mas o senhor está enganado. Relativamente à iluminação no nó de Besteiros e no IC2 aqui em Oliveira de Azeméis. Relativamente ao nó de Besteiros foi feita uma reclamação por um munícipe em 27 de janeiro, através do site do IP e após a resposta automática, no dia 2 de fevereiro deste ano, foi dada a seguinte resposta: “... agradecemos a sua reclamação, uma vez analisado verificamos que o assunto em questão está compreendido na atividade autárquica. Pelo que o assunto foi remetido à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.” E aquilo que o senhor me acabou de dizer relativamente a esta situação de que não sabia de nada, portanto, alguma falha de informação existe na Câmara Municipal. Relativamente à iluminação no IC2, no nó do centro e da variante para Vale de Cambra, eu próprio fiz essa reclamação. Já obtive a resposta automática. Como não consegui resposta por escrito ainda em tempo útil, pelos meus meios consegui uma resposta telefónica. A responsabilidade do estado da iluminação pública no IC2 em Oliveira de Azeméis, junto ao nó de acesso ao centro da cidade, está compreendida na atividade autárquica e provavelmente será também remetida para Câmara Municipal. Muito obrigado.=====

=====
 O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos. =====

=====
 Vou reafirmar aquilo que disse e não estou a contradizer as respostas automáticas. Estou a reafirmar a minha resposta e as informações que eu tenho. Relativamente à situação de Besteiros, não tenho conhecimento e até perguntei aqui ao senhor Vice-presidente se tinha recebido alguma comunicação nesse sentido. Não tenho conhecimento. Relativamente à situação do IC2, na entrada da cidade já lhe disse, que o assunto está resolvido com a GNR E com as Infraestruturas de Portugal. Temos uma reunião agendada para terça-feira com a GNR; Terça-feira já é maio e como disse em maio a situação estará resolvida. Só isso, não há nenhuma contradição naquilo que você disse e no que eu acabo de dizer. As respostas automáticas valem o que valem. =====

=====
 O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Filipe Carvalho do PS.=====

=====
 Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia em exercício, Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas, público, comunicação social. Na primeira semana deste mês de abril entre os dias 6 e 11 decorreu a 12ª Edição do Concurso Internacional de Instrumentos de Supra Terras de La-Salete. Que contou com a presença de cerca de 400 músicos, executantes dos 11 instrumentos a concurso distribuídos pelos diferentes escalões. Participaram jovens músicos vindos de Europa como Espanha, Polónia, Lituânia, bem como da Venezuela não esquecendo os fantásticos músicos portugueses. A todos eles um bem-

haja pela sua qualidade e participação, pois proporcionaram-nos grandes espetáculos e lançam mais uma vez Oliveira de Azeméis para a ribalta dos concelhos com um programação cultural admirável e apreciável. A edição de 2017 contou com uma importante presença: O jovem trompetista Gileno Santana, acompanhado pelo não menos conhecido guitarrista Edu Miranda. Que proporcionaram um concerto de abertura admirado por todos os concorrentes e público oliveirense, dada a qualidade musical dos dois jovens. Concerto que decorreu num espaço improvável envolvido por uma exposição improvável, onde podemos admirar uma parte do espólio Municipal. Mudando de tema, Azeméis é Educação. Nunca fez tanto sentido como atualmente, pois para além do parque escolar que o concelho possui e que é sobejamente conhecido por todos e embora haja melhorias a fazer temos um ensino superior pujante. Sinal dessa pujança foi a semana da Queima das Fitas 2017; Uma semana cheia de iniciativas e de grande relevância e simbolismo para os estudantes e seus familiares. Passou pela cultura, desporto, música, com algumas bandas de Oliveira de Azeméis e nunca esquecendo as raízes académicas; A tradicional e monumental Serenata que mais uma vez trouxe ao centro da nossa cidade um momento único de grande beleza, passando pelo animadíssimo Cortejo Académico e a sempre emocionante Imposição de Insígnias. Parabéns à organização e a todos os participantes desta magnífica festa, pela forma ordeira e civilizada em que ocorreu esta semana, pois são coisas que acontecem e acontecem em Oliveira de Azeméis. Para terminar e dado que vieram a público algumas notícias sobre o hospital São Miguel, nomeadamente com um investimento nas instalações e a possibilidade de ganhar novas valências e reforço de outras; Poderia o Senhor Presidente da Câmara esclarecer esta Assembleia e os oliveirenses sobre este assunto? =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Jorge Paiva, Presidente da Junta de Fajões. =====

===== As vias de Comunicação são hoje em dia um fator de desenvolvimento. Falo com satisfação, pela realização da pavimentação da estrada de ligação de Cesar/Fajões/Carregosa. Esta estrada foi o reconhecimento da Câmara Municipal pelo papel que os Presidentes de Junta das três freguesias tiveram, ao fazerem chegar as suas preocupações junto da Edilidade, que assim, investiu numa via hoje mais do que nunca, um fator de desenvolvimento articulado entre um vasto manancial populacional que ronda os 11000 habitantes. Compete-me da minha parte dizer em nome dos Fajoenses em particular o meu, nosso obrigado. Vale a pena lutar por causas. Mas Senhor Presidente, no meu ponto de vista, a obra ainda está incompleta e, tenho na certeza que num, futuro não muito próximo, irá ser, tenho a certeza, os passeios construídos, a marcação horizontal e vertical do piso, as passadeiras sobre-elevadas, o alargamento da Ponte do rio Antuã, isto para dizer que os peões, as pessoas têm que ter segurança. Sabemos que a obra não está concluída, no tocante à sua adjudicação, que foi um forte investimento. Temos

ainda a parceria da construção da Rotunda (entre as freguesias de Fajões e Carregosa) que aguarda a intervenção da MEO e EDP, para a remoção de postes e ato contínuo a conclusão. Se nada for feito ou pelo menos programar já, tenho infelizmente a certeza que os acidentes voltarão. Mas é melhor que o Diabo seja surdo. Estou certo Senhor Presidente, que pelo menos o planeamento da construção dos passeios irá ser uma realidade. Em segundo lugar gostava de trazer a este plenário um assunto que, embora pouco nos possa dizer, mas é de primordial importância para todos nós. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões, tiveram a honra de organizarem pela 1ª vez na região norte, umas jornadas sob o lema «MRM – Medical Response to Major Incidents» ou seja Uma resposta a cenários de catástrofes. Para isso contaram com entidades não só a nível Internacional, não só de pessoal médico, mas sim de todos os agentes da proteção civil, Bombeiros, Polícia, GNR, Exército, Marinha, Força Aérea, Enfermeiros, Médicos, Psicólogos, etc. Este curso que vai ser dinamizado nas instalações da AHBV de Fajões, não só prestigia a corporação, a Vila de Fajões, como o nosso Município de Oliveira de Azeméis, pois serão debatidos termos de primordial importância, tais como simulações de Cenário, transportes pré-hospitalar e intra-hospitalar, gestão de hospitais face a cenários de multi-vítimas, triagem, corredores de evacuação e estruturas de comunidade/catástrofes. O curso é superiormente ministrado pelo Dr. Itamar Askenhazi da International Faculty de Israel. Este curso teve origem na Suécia em 2009, da responsabilidade do Professor Sten Lennquist, e desde então vários países têm adotado dada a facilidade com que a resposta à catástrofe é feita. O curso é uma formação internacional, pós graduada, diferenciada na área da emergência e catástrofe, certificada por entidades internacionais, ESTES (European Society for Trauma and Emergency Surgery) e Board europeu do MRMI. Senhor Presidente da Câmara, como Presidente da Junta não podia ficar indiferente, pelo seu apoio a esta iniciativa dos Bombeiros Voluntários de Fajões, que sem esse apoio seria mais difícil de concretizar esta reunião de elites, na área da prevenção, desde já em meu nome e da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões o nosso muito obrigado. Espero que na próxima segunda-feira, possa Senhor Presidente da Câmara, Dr. Isidro Figueiredo, presidir ao seu encerramento, o qual vai contar com sua excelência o Senhor Secretário Regional da Saúde da Madeira e o Dr. Pedro Ramos e o Senhor Presidente do INEM, Dr. Luís Meira. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Jorge Rocha do PS. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, senhoras secretárias, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores vereadores, senhores deputados, comunicação social, oliveirenses. A minha intervenção será breve, mas espero que construtiva porque é isso que realmente importa. Temos dentro em breve uma nova edição do Mercado à Moda Antiga, um evento que tem tido franco crescimento e com reconhecimento concelhio e distrital e mesmo

nacional. E que nos trás algumas preocupações e cautelas. Venho apenas referir uma delas e que se torna cada vez mais importante – a questão da segurança. E quando falta segurança, falta segurança em geral; segurança pública, falta segurança contra incêndios, emergência e evacuação e falo também da segurança alimentar. Torna-se cada vez mais importante, nós conseguirmos gerir e equacionar todos os riscos que estão interligados a este conjunto de segurança. Se no ponto da segurança geral, penso que será uma questão de coordenação e de fácil gerência por parte da entidade coordenadora, no que se refere à segurança contra incêndios, emergência e evacuação e à segurança alimentar, aí já estamos muito há quem daquilo que realmente deveriam estar a praticar. E seria importante de todo ter uma equipa multidisciplinar, composta e ampliada pela legação de saúde, apoiada pelos bombeiros, pela câmara municipal e pela proteção civil - com o intuito de fazer vistorias formativas a todos os intervenientes, associações, etc., que praticam neste evento. É muito importante dar a conhecer todos os riscos que corremos ao longo da realização deste evento. Quando eu falo em riscos, não falo só de incendio que praticamente toda a gente reconhece mas, também nos ricos da segurança alimentar e estes sim são mesmo muito importantes. Uma intoxicação alimentar porá em risco todo o evento. De maneira que senhor Presidente, executivo, caros colegas, sugiro a criação de uma equipa multidisciplinar que possa controlar este conjunto de necessidades. ===

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Ana Neves do PSD. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, senhoras Secretarias, Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, deputados desta Assembleia, público em geral e comunicação social. A Câmara Municipal promoveu, de 19 a 23 do corrente mês, a IV Edição “Azeméis é Social”, com um formato diferente, mais descentralizado e abrangendo todas as faixas etárias e envolvendo várias entidades. Incluiu sessões temáticas, workshops, debates, conferências, peças de teatro, música, dança, entre outras que deram forma a uma edição participada e ativa. Esta iniciativa, visa incrementar e divulgar boas práticas, bem como, as respostas sociais existentes ao nível concelhio. Foi apresentado o II Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social do Município para o biénio 2017/2019, aprovado na última Assembleia Municipal, um compromisso político com a promoção da qualidade de vida de mulheres e de homens a nível local e para uma sociedade mais justa e inclusiva. A Responsabilidade Social tem assumido uma componente cada vez mais ativa na estratégia das empresas e das organizações. A assinatura do Protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género, o primeiro protocolo da região norte do país que permitirá a atuação em rede nas várias vertentes de apoio e proteção às vítimas de violência doméstica, é sem sombra de dúvida um passo importante para combater este problema tão atual na nossa sociedade. O protocolo garante a implementação da Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género definida pelo governo assegurando uma articulação célere e eficaz ao

nível do atendimento das vítimas para as entidades com competência na prevenção e proteção da violência doméstica. Temos motivos para estar orgulhosos. Os oliveirenses estão de parabéns. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão do PS. =====

===== Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente, em exercício. Antes de mais e apesar de já ser dia 28, não podia deixar de relembrar o 25 de abril. Uma data sempre importante, sobretudo para pessoas, que como eu não tiveram a oportunidade de, e felizmente não vivenciaram esses tempos. Recordar é sempre um exercício mais abstrato e portanto, mais exigente. E naturalmente, que com o Museu da Memória que foi anunciado pelo concelho de ministros neste ano especial e num ano de eleições é certamente uma data que devemos recordar e experienciar com mais fervor. Dizer também que proponho formalmente um voto de louvor ao Luís Onofre pela presidência da APICCAP. Naturalmente nos orgulha a todos e orgulha o concelho de Oliveira de Azeméis. Dito isto: Senhor Presidente de Câmara há algum tipo de exercícios que nós não podemos deixar passar, o senhor vai-me desculpar. Nem deve herdar os tipos do seu antecessor, que andou oito anos a reunir, a reunir; no fim dos oito anos saiu e continuou eventualmente com reuniões agendada. Mas há outra coisa que também não deve fazer - quando tenta explicar porque é que as empresas saem de Oliveira de Azeméis. Bom, quanto às empresas, diz que é o mercado. Quando tenta justificar, a taxa de desemprego, bom é a Câmara, um trabalho fantástico que promove uma taxa de 4,9% no concelho de Oliveira de Azeméis. Senhor Presidente: Olhos nos olhos. Isso chamasse demagogia, não tem outro nome. E a taxa de desemprego no concelho de Oliveira de Azeméis é baixa, exatamente, pelo tipo de setores empresariais que se instalaram no concelho. Dito isto senhor Presidente, esta taxa que é francamente baixa e ainda bem, não é o que o senhor e outras intervenções tentaram passar, muito menos um grande feito da gestão autárquica do PSD. Leiam a ata e foi isso que os senhores disseram e tentaram passar e isso não pode acontecer - demagogia pura. E hoje senhor Presidente perante um exercício de humildade (a política é isso: humildade), a capacidade de reconhecermos quando estamos errados e a capacidade de aprendermos coisas novas e de discutirmos sempre coisas novas, nunca pessoas. Senhor José Oliveira: num exercício de humildade, devo recordar-lhe, que quem propôs pela primeira vez o sistema de bicicletas em Oliveira de Azeméis em 2010, foi o Partido Socialista. Devo recordar-lhe que o Partido Social Democrata, não só achou a proposta desinteressante como votou contra. Relembro-o que em 2010, o país já tinha centenas de quilómetros de ciclovias em muitos concelhos, em 2007 Oliveira de Azeméis (e ainda bem que cá chegamos), começou a pensar no assunto. Mas sabe qual é a diferença? É o tempo e o momento. Tal como as piscinas chegaram tarde, tal como as ciclovias chegam tarde (e ainda bem que chegam – mas chegam tarde), não deve ser um momento de orgulho o momento em que chegam; mas de facto podemos

disponibilizar delas. O que acontece e é essa também a sua dificuldade de ver as coisas: É que enquanto estamos a começar de instalar e eventualmente aumentar este tipo de coisas, os outros concelhos já têm centenas de quilómetros há muitos anos, já estão na fase seguinte. Imagine então quando chegarmos à fase seguinte. E eu digo-lhe qual é a fase seguinte, se calhar o senhor ainda não chegou lá. Neste momento em muitos concelhos pra lá deste tipo de ciclovias e deste tipo de estaturas e da devolução da cidade às pessoas, já se fala muito de uma coisa que é muito mais profunda. São cidades inteligentes que respondem às pessoas. E eu dou-lhe vários exemplos: Há neste momento várias cidades e municípios deste país que estão a estudar ciclovias que carregam as próprias bicicletas; há neste momento concelhos deste país que estão a estudar lombas que reagem à velocidade dos automóveis; há neste momento concelhos deste país que tem já sistemas de GPS instalados em todos os transportes públicos, em todas as bicicletas e em tempo real dão fluxo de tráfego às pessoas que o podem consultar em APPS. Isto é a fase em que ainda não estamos, e portanto, um exercício de humildade não é o senhor dizer que o Partido Socialista tem que vir aqui reconhecer, mas dizer assim: - Em 2010 os senhores propuseram e nós achamos que não. Agora em 2017, querem vender isso como ouro e como uma coisa extraordinária que ninguém tem. E isto é que é o exercício de humildade que o senhor devia fazer; mas eu sei que não é capaz. Continuando, Senhor Presidente: Porque, estas coisas são política - isto é que é fazer política, tem que ler essas atas e reconhecer. Mas teremos oportunidade de ver mais à frente nas contas; porque este tipo de discurso é recorrente que é dizer assim: Oliveira de Azeméis tem um Centro de Negócios; em 2017 há centenas de centros de negócios portanto, querem o quê? Que a gente diga sim senhor, que os senhores têm feito uma gestão brilhante. Ainda bem que temos um Centro de Negócios, agora não transformem é uma coisa que já deveríamos ter há muito tempo, numa coisa brilhante que mais ninguém tem. Não confundam este concelho com a gestão que vocês fazem dele. É uma coisa bem diferente, este concelho não é a vossa gestão. Da mesma forma que falam da educação e pergunto: Que indicadores têm de educação diferentes deste concelho? Em que rankings estão as escolas de Oliveira de Azeméis. Este tipo de coisas é que nos diz: Se somos bons, se estamos na linha da frente, o que é que temos de fazer para melhorar, e acima de tudo o devemos fazer para crescer. "Nós somos um exemplo." Os senhores caem tanto neste discurso que até dizem: "Temos um Plano de Saneamento Financeiro e as pessoas veem cá ver como é. Fomos os primeiros". É este o discurso em que os senhores caem e do qual não conseguem sair. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Costa Gomes do PSD. ==

===== Senhor Presidente em exercício, Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhoras deputadas, senhores deputados, colaboradores da Câmara Municipal, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. Também quero aqui registar que tive a particularidade de no dia 25 de abril aqui na sede de município estar presente na

cerimónia que assinalou o momento e a data do 25 de abril. E que a todos nós, assim como eu também que não tive a vivência desses anos passados, para mim de uma forma particular também me junto a todos aqueles que de forma singular puderam celebrar, comemorar e fazer memória do 25 de abril. Porque em alto juízo se diz, aconteceu e pode voltar acontecer. Tememos que se aqui em Portugal aconteceu, possa voltar a acontecer. E os sinais que nos vêm da Europa e do mundo exterior são sinais preocupantes, no que diz respeito a totalitarismos, a ditaduras. E portanto, se o 25 de abril é esta passagem de uma ditadura para a liberdade, devemos fazer memória dessa data. Dito isto senhor presidente gostaria de trazer aqui um tema que não tem sido abordado nesta Assembleia, mas creio que o Senhor Presidente tem sensibilidade até porque é uma área que lhe diz respeito. Em conversa com o senhor presidente da IAMMAP, associação dos metalúrgicos de Portugal, em conversas que temos tido de algum cuidado eu gostaria de lembrar aqui a formação profissional. No âmbito do Programa Aproximar a Educação, e num quadro de autonomia das escolas, naquela perspetiva de articulação com o tecido empresarial local e regional, creio ser muito importante pensar, no futuro, estratégias consertadas à necessária articulação do ensino profissional com o ensino formal da escola. Hoje não é desejável que se avance com o ensino profissionalizante no ensino formal e obrigatório sem a devida articulação e parceria com os locais de aprendizagens. Devo referir que algumas escolas do nosso concelho fazem bem esta articulação e parceria, mas é preciso mais. Creio que é possível fazer mais e melhor. Formação na escola, sim, mas articulada, por exemplo com o CENFIM e outros Centros Profissionais e empresas. É preciso também desmistificar o complexo de que o ensino profissional é um ensino de segunda categoria. Na Europa, o ensino profissional é a opção para mais de 80% dos jovens; em Portugal a resistência a esta opção é uma realidade, muito por causa do estigma, quer dos educadores formais, que por parte da família. É necessária mudar este paradigma. Todavia, as medidas que estão a ser tomadas por parte do governo não são animadoras para o ensino profissional. A cativação de verbas – para ajudar ao défice – para a formação profissional está a asfixiar e a paralisar os centros de formação profissional, como é o caso do CENFIM; inversamente, promove, por muito que respeite esta medida e o ensino dos que a ela recorrem; gastando recursos financeiros nas novas oportunidades em segunda versão. Mais do mesmo para não dizer menos do mesmo. Não é esta a via com certeza que vai resolver a necessidade das nossas empresas. Sr. Presidente, atualmente a Educação em Oliveira de Azeméis goza de um estatuto de autonomia para fazer a aproximação formal aos centros de formação. Isto já acontece com as escolas e academias de música para os jovens que querem seguir a música, por isso, como sabemos que é sensível a questões da educação formal mas também profissional, trajeto que o Sr. Presidente bem conhece, e por isso, gostaríamos de ser, no futuro, também pioneiros e pilotos na formação profissional, área de formação tão necessária e tão nobre.===

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar resposta.* =====

===== *Procurando não ocupar tanto tempo como há pouco, mas procurando responder às principais solicitações numa breve referência a aquilo que o deputado Filipe Carvalho referiu: Obviamente que tivemos alguns eventos entre os quais, este Concurso de Instrumentos de Sopros que alimenta um dos eventos que leva nome de Oliveira de Azeméis a nível nacional quer a nível internacional. Nós tivemos quatro países estrangeiros representados neste concurso internacional; que já ganhou uma dimensão internacional, estamos a falar de quase 400 participantes e é bom ver as referências elogiosas e positivas mesmo da forma como decorreu de como foram acolhidos e como o concurso em si tem sido um sucesso e até um bom embaixador, se assim o quiserem chamar, de Oliveira de Azeméis e de uma área muito específica que é a música e dos instrumentos de sopros. A questão que me colocou sobre o hospital São Miguel de Oliveira de Azeméis, e portanto, sem qualquer tipo de demagogia, mas procurando corresponder a aquilo que são as exigências que o cargo de presidente de câmara tem e naturalmente com as funções que exerço, obviamente que esta é uma das questões fundamentais em termos de preocupação e não é só minha. É de todos os oliveirenses ou de todos os potenciais utentes dos serviços do hospital São Miguel. Obviamente que para além da preocupação é preciso passar à ação, e portanto, foi nesse sentido que solicitei em devido tempo uma audiência ao senhor Secretário de Estado da Saúde, Fernando Araújo, que por sinal em tempos foi dirigente da ARS Norte; e que me recebeu no dia 18 de março. Ele onde esteve presente (nessa audiência), também para além do senhor Secretário de Estado, o diretor do Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, o Dr. Miguel Paiva. E confesso que esta reunião em parte superou as minhas expectativas, na medida em que trouxe de lá algumas boas notícias. E que não resolvendo de todo, todos os problemas que o hospital tem, são alguns sinais que importa realçar e que de alguma forma me agradam enquanto lutador pela causa que nos une e acho que isto é transversal a qualquer partido. Que nos une em torno dos serviços que o hospital nos está a prestar e daqueles que devia prestar e também daquilo que seria o nosso grande objetivo. Obviamente, que nessa reunião eu não descreei a necessidade da construção de raiz do novo hospital; de resto o Dr. Fernando Araújo foi de alguma forma protagonista no estudo que foi realizado há acerca de seis anos, e que definia necessidade de construção de um hospital de raiz para Oliveira de Azeméis. Tendo para o efeito, a Câmara Municipal, disponibilizado um terreno. Mas também perceber que nas circunstâncias atuais não estão reunidas as condições, nomeadamente as financeiras e económicas. Para que esse grande objetivo seja conseguido. No entanto, nós temos o hospital a funcionar e temos que lhe dar dignidade e condições, e portanto, fiquei satisfeito de alguma forma, com algumas boas notícias que vos passo a transferir: A primeira é de que regressarão ao hospital de Oliveira de Azeméis, algumas valências e outras são reforçadas, que entretanto tinham desaparecido e até uma que*

foi transferida para São João da Madeira. Entretanto regressou, e portanto, a manutenção de umas quantas que já tínhamos. Nomeadamente, a questão da pediatria e das sob unidades da pediatria e que são dirigidas pela Dra. Virgínia; o serviço oncológico que serviu e iniciou este mês e que tem a perspectiva de poder empilhar a sua ação e que é dirigida pelo Dr. Pedro e a questão da consulta da dor, com uma inovação a nível da acupuntura. Depois de a notícia ter saído, relativamente a esta notícia que foi referida recebi inclusivamente do hospital uma carta em que nos foi dito que era necessária dar algum apoio e alguns apetrechos que não serão muito caros. Para desenvolver melhor esta questão a qual vamos dar uma resposta positivamente no sentido de perceber que tipo investimentos que são necessários; pelo que percebi dessa carta não será muito significativo; cardiologia com meios auxiliares de diagnóstico; etc... Com a boa notícia que no dia oito de maio começam obras de requalificação no valor de 100 mil euros e que permitam usar alguns espaços que não estão a ser utilizados. Porque há infiltrações dentro do hospital e que precisam de ser requalificados. Portanto, esta e a notícia que tenho desta intervenção e que ascende a 100 mil euros. Uma outra questão que foi levantada e que reflete a necessidade de recursos humanos, nomeadamente no que diz respeito à medicina interna é que estamos de momento com algumas dificuldades (somos todos eventuais utentes) porque aqueles que lá estão, pela idade, para além de poderem, quiseram prescindir do serviço de urgência e noturno. O que o senhor Secretário de Estado me garantiu foi que iria haver novo recrutamento para tentar suprir esta questão dos médicos de medicina interna possamos ter melhor qualidade de ponto de vista do atendimento e em particular no serviço de urgências. São estas as questões que estão tratadas e tive ontem o telefonema do Dr. Miguel Paiva a reclamar esta notícia, e a convidar me para estar presente no início das obras para acompanhar de alguma forma, isto que foi o compromisso que assumi em Lisboa no gabinete do Senhor Secretario da Saúde. Relativamente a outro assunto levantado pelo membro desta assembleia Jorge Paiva: Pois meu caro senhor Presidente de Junta, o reforço e o investimento nas vias de comunicação, nas estradas como já aqui referimos é um esforço que tem que ser feito; e está a ser feito em várias frentes e freguesias. Procurando aquilo que são as necessidades de cada junta de freguesia e de alguma forma nos diferentes contactos e reuniões que tenho estabelecido com os senhores presidentes regularmente, de procurarmos a conchegar aqui o que eram as suas prioridades mas também daquilo que eram as prioridades das freguesias. E está no caso, a Rua São Salvador e da Nossa senhora da Ribeira como disse, mas obviamente é aquela estrada que liga a Cesar/Fajões/Carregosa que está requalificada e depois a velha questão – até aqui queixavam-se dos buracos, agora queixam-se da velocidade e que as pessoas abusam. Mas eu não tenho solução para a falta de civismo das pessoas. E por tanta a velocidade deve ser adequada às condições da via e ao tratar-se de uma localidade e nós nem sequer devíamos estar a gora a discutir medidas acessórias para tentar resolver o problema da velocidade. Mas também lhe garantir que iremos proceder as marcações da via, a sinalização vertical e horizontal e também na medida do que for possível aos passeios que ainda faltam realizar. Relativamente à questão da rotunda eu aqui mais do que nunca gostava de realçar o

fator de união que houve, nomeadamente, entre o senhor Presidente de Junta de Fajões e Carregosa quer no contacto com os proprietários quer no próprio envolvimento na obra para que esta pudesse ser realizada. A questão das passadeiras sobre elevadas, penso que nós temos previstas duas que a seu tempo teremos que acondicionar; não estavam previstas e portanto, agora vamos ter que ver como é que vamos resolver isso. Mas a base e o princípio, é que nós nem deveríamos estar a discutir essa matéria intervenção, porque os condutores deviam usar de civismo e contra mim falo – isto é para todos. Referir também a ação de formação desenvolvida pelos bombeiros voluntários de Fajões, que é uma iniciativa, que nos foi colocada a quando da reunião que tivemos com a Associação Humanitária dos Bombeiros de Fajões. E que achamos de primordial importância na área da prevenção assim como a dinâmica que me foi mostrada nesta iniciativa. Relativamente à intervenção do membro desta Assembleia Rui Jorge Rocha: Seguramente que a sua associação deve ter sido convocada para estar numa reunião, que decorreu nesta sala e que encheu por completo com mais de 100 pessoas. Nós temos 84 associações inscritas, e reafirmo que tudo o que o senhor disse em termos de preocupações. Foi exatamente as mesmas que nós aqui partilhamos e vamos para além da partilha das preocupações. Obviamente que não é só no Mercado a Moda Antiga que o risco é inerente; o risco é inerente em toda a atividade humana. Mas obviamente que nós estamos muito preocupados e queremos prevenir em vez de ter que remediar. E por isso relativamente às questões de higiene alimentar e de higiene e segurança e sobretudo na questão da segurança (devemos ter as devidas cautelas em cada uma das matérias), entre outras medidas que foram explicadas a cada um dos participantes e onde eles têm um conjunto de regras a cumprir e por isso assinaram um compromisso com a organização do Mercado à Moda Antiga e da qual a responsabilidade da organização é da Câmara Municipal com a colaboração da FAMOA. Entre as medidas adotadas, posso dizer que este ano todas as barraquinhas que têm transformação de alimentos são obrigados a terem dois extintores por barraquinha e mais do que isso vão obrigatoriamente ter formação. Ou seja, nós já temos um acordo com os bombeiros, porque não basta termos os extintores e depois não sabermos manuseá-los. Para além disso no dia 20 às 10h está cá uma vistoria que inclui a organização, os bombeiros e as autoridades de segurança vão fazer uma vistoria a todas as barraquinhas sem exceção, e a todos os participantes e eles sabem disso. Para verificarem se estas condições estão a ser cumpridas. Ainda bem que trouxe aqui a sua preocupação, porque a sua preocupação é a nossa preocupação. E todos nós estamos interessados que a XXI edição do Mercado à Moda Antiga seja mais uma vez um sucesso. Um grande cartaz para Oliveira de Azeméis, um grande cartaz para a região, para o país e seguramente para os nossos imigrantes que nos vão acompanhar seguramente através da transmissão da RTP que está uma vez mais assegurada para o dia 20 de maio. Relativamente à intervenção da senhora deputada Ana Neves dizer-lhe: Obviamente que nós vivemos aqui umas grandes e intensas jornadas no Azeméis é Social, com muitos momentos altos e que já os destacou e não vou repetir, mas obviamente que sobretudo se mostrou aquilo que é o potencial em termos de ação não só dos serviços da Câmara Municipal, mas em particular da divisão de

Ação Social mas também das IPSS e de associações que estão ligadas a esta temática e os compromissos e protocolo que foi assinado - o primeiro da região norte - no que diz respeito ao combate da violência doméstica que tem números revelados pelas forças de segurança que são realmente preocupantes. Relativamente à intervenção feita pelo deputado Bruno de Aragão: Meu caro apetece dizer-lhe apenas o seguinte: A demagogia não se combate com demagogia, e portanto, sobre esse assunto estamos conversados. Primeiro, porque Oliveira de Azeméis está a cumprir com o seu desígnio, e o seu desígnio é uma onda positiva. Uma onda com a dinamização da nossa cidade e do nosso concelho; igualmente das pessoas, nós construímos política para as pessoas e com as pessoas; e não temos nenhum problema em assumir as opções estratégicas que fizemos. Fizemos muito, fizemos pouco, fizemos no tempo em que foi possível fazer. E fizemo-lo no tempo em que felizmente, somos exemplo para muitos municípios deste país. E digo-lhe que não é o sistema de bicicletas como o senhor aqui referiu. O nosso sistema partilha de bicicletas, é um sistema que tem a particularidade de ter assistência elétrica e que tem docas de carregamento e que trem servido, de exemplo, para vários municípios desde de Lisboa até alguns dos municípios da região do Algarve. E que vieram expressamente para visitar o nosso sistema e que experimentaram e seguramente levaram como exemplo. Eu prefiro ver as coisas pelo lado positivo e provavelmente o deputado Bruno de Aragão provavelmente prefere ver as coisas de outra forma. É uma forma de estar e não a vou combater e não é isso que me interessa. E já agora, porque gosta de vez em quando de falar na área de educação e referiu aqui os rankings - por acaso não foi um governo de maioria PSD-CDS que acabou com os rankings, por acaso foi este. Mas independentemente disso e já agora num exercício de humildade, por acaso estiveram presentes numa reunião que assinalou o 18º aniversário da FAPCOA que se realizou na escola Soares de Basto e eu não digo nada, mas gostava que perguntasse às pessoas que estavam lá e que têm afinidade consigo do ponto de vista político-partidário e percebesse o que é que os outros munícipes e municípios e até outras pessoas com responsabilidade na área da educação, inclusive nível nacional, disseram e dizem sobre a área da educação em Oliveira de Azeméis. E certamente que irá ficar surpreendido pela positiva. E eu não preciso estar aqui a discutir quais são os factos que os levam a fazer isso. Mas posso dizer que em muitas circunstâncias em discursos feito por esses dirigentes, e que eu não diria se não tivesse tocado neste assunto, pode ter a certeza, que resultam de muitas conversas que têm tido comigo sobre o desenvolvimento do projeto educativo em Oliveira de Azeméis. Portanto não vale a pena andar-mos aqui a tentar reduzir aquilo que é positivo. Quando é positivo - é positivo e é para todos. E se de alguma forma não conseguimos atingir objetivos definidos por outros, não estamos preocupados. Ao encontro do que disse, que 2010 o Partido Socialista propôs um sistema de bicicletas – amigo, nós podemos propor muitas coisas. Agora a verdade e por mais que doa, exerce quem está no poder e quem pode tomar decisões e executá-las - não é o Partido Socialista. É um órgão autárquico que foi eleito por um partido diferente. Mas isso não significa que sejamos nem donos da verdade nem nenhuns iluminados. Podemos falhar, mas conseguimos ter a humildade de o reconhecer; mas também temos virtudes e reconhecemos as virtudes de

quem haja, não a pensar em si próprio, mas sim no bem-estar e no melhor que quer para os seus concidadãos. E essa é de certeza a minha missão e a missão de toda a equipa que comigo diriges os destinos de toda a Câmara Municipal neste momento. Relativamente à intervenção do senhor deputado Costa Gomes: Pois eu ainda esta semana recebi um dirigente da EMAP que manifestou precisamente esta sua preocupação relativamente ao isentivo e aquilo que pode ser feito em termos inovadores no que diz respeito à formação profissional e sua à interação com o ensino oficial. O dirigente é conhecido de todos e é de Cesar, e portanto, de alguma forma queria encontrar aqui soluções. E porque refere uma coisa extraordinária e não é o único a referi-la: para além do desemprego ser baixo há muitos empresários que querem recrutar quadros com alguma especialização e não conseguem encontrar. E lançou me aqui de alguma forma um desafio, para lançar uma plataforma que completasse aquilo que era atividade do CENFIM e de outras instituições de formação profissional, com aquilo que é a atividade da escola e ser complementada com aquilo que até pode ser o apoio das empresas; as empresas podem até ceder material deles às escolas para melhorar o ensino e ser quase em contexto real. E por isso também é uma estratégia nossa. Estamos a ampliar a rede de formação profissional ao nível dos cursos e aqui é uma vantagem do Programa Aproximar. E já agora vale a pena referir isso. A nossa rede é definida por nós, pelos nossos interlocutores, pelos nossos diretores, pela Câmara Municipal também, e chega por consenso à DGES e é aceite. Este ano vamos ter mais um curso na área dos polímeros e vocacionado para uma área que é fundamental em Oliveira de Azeméis. Eu, como cada um de nós, não consegue combater o estigma negativo que ainda existe em relação os cursos profissionais. Mas a verdade (e como dizia esse dirigente também) nós estamos num país, onde ainda se pensa, que todos os nossos filhos têm de ser doutores. E sem desprimor para quem faz cursos superiores, também fazem muita falta ao nível dos quadros intermédios; quadro qualificados que são bem pagos e que o nosso sistema de educação e formação possa responder às nossas necessidades e às das nossas empresas. Tenho dito.=====

===== Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Entretanto chegou-me aqui um voto de louvor por parte do PSD, e através do deputado Bruno de Aragão julgo que extensivo ao PS. Voto de louvor: “O empresário oliveirense, Luís Onofre, foi eleito Presidente da Associação Portuguesa dos Industriais do Calçado. Esta associação é constituída por 1834 empresas, responsáveis por 45 164 postos de trabalho, sendo que 90% da produção deste setor é para exportação, o que equivale a 2.250 milhões de euros – no final do ano de 2016. Para Oliveira de Azeméis é prestigiante que um oliveirense da craveira internacional, de que Luís Onofre é detentor, assuma a presidência de uma importante instituição do tecido económico e empresarial de Portugal. O PSD e PS congratulam-se e associam-se à eleição de Luís Onofre pra presidente desta Instituição, com a

certeza de que o seu trabalho muito prestigiará o setor de que agora é o líder. Considerando o exposto, propomos a esta Assembleia um voto de louvor e de congratulação ao empresário oliveirense, Luís Onofre, pela eleição que o legitimou presidente de uma das maiores associações do setor empresarial do país.”=====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou à admissão e votação o voto de louvor apresentado, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Vamos iniciar o período da “Ordem do Dia”. Entretanto, posso anunciar que: O Partido Socialista gastou, 17 minutos e 06 segundos; O PSD gastou, 19 minutos e 06 segundos e CDS/PP gastou, 4 minutos e 17 segundos; Este foram os tempos utilizados no período de “Antes da Ordem do Dia”.* =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal deu início ao Período da Ordem do Dia.* =====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Bruno Aragão, do PS e Amaro Simões – Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque; Nuno Pires e Carlos Costa Gomes, do PSD; e Pinto Moreira, do CDS/PP.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno de Aragão, do PS.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente, espero que seja complacente e que me possa dar 15 minutos vezes seis pontos. As contas que hoje aprovamos queiram ou não são mais do que as contas de um ano económico, tal como em 2009 o orçamento para 2010 era mais do que*

um orçamento para um ano. Se na altura havia novos horizontes, oito anos depois resta apenas a realidade que podemos todos comprovar. Porque a memória é curta e larga a propaganda importa hoje recordar as palavras que iniciaram esse ciclo de gestão quando se anunciavam grandes obras e investimentos de vulto, dizia Herminio Loureiro na Assembleia que aprovava o seu primeiro orçamento o primeiro de um grande ciclo e cito: “... é um orçamento também que demonstra uma clara e credível estratégia política que é reveladora de uma nova dinâmica.” - E dizia mais: “... promove também um forte investimento no ordenamento do território e na reabilitação rural. Procede uma consolidação orçamental e financeira que privilegia a adoção do investimento em reformas estruturais e rejeita quaisquer medidas e soluções extraordinárias a curto prazo.” - Dizia ainda Hermínio Loureiro: “... os problemas estruturais - e os senhores sabem melhor que ninguém que estes problemas não se podem resolver com soluções avulsas, com soluções casuísticas, com proposta avulsas, antes pelo contrário, resolvem-se com rigor e com opções estratégicas bem tomadas. Sabem que faz parte da estratégia de desenvolvimento deste concelho a cobertura plena das redes públicas, quer de abastecimento de água, quer de saneamento durante os próximos quatro anos. Senhor Presidente em exercício, se me permite pedia aos serviços que me fizessem uma projeção. Vejamos então qual era a fotografia do concelho nesta altura: Esta era a cobertura de água e saneamento em Oliveira de Azeméis na altura em que foi prometida e comprometida a cobertura a 100%. Olhos nos olhos, e demagogia política da altura, se bem se lembram da expressão – poderia ter sido isto: inexperiência e entusiasmos de primeiro mandato. Mas, recordemos então o início do segundo mandato: Já depois desses quatro anos, na aprovação de um orçamento e de uma previsão para mais quatro, dizia o então presidente de câmara e cito: “... não só é o ano de arranque de novos objetivos traçados e focalizados nas expectativas de todos os oliveirenses, mas também aquele que vai consubstanciar a materialização de grandes projetos infraestruturais.” E dizia ainda: “... e é um orçamento que se enquadra também naquilo que é o início de um novo mandato autárquico.” E para que não restassem quaisquer dúvidas confirmou (- continuo a citar): “... mas manteremos e queremos iniciar o processo de conclusão da Via do Nordeste, da IV Fase da Via de Nordeste que liga Cesar a Fajões e também a questão da Via de Sudoeste, que como sabem é uma via estratégica e importante para o nosso município. Temos planos de urbanização em curso na cidade e nas zonas industriais. Temos a questão já aqui falada nesta Assembleia, até num ponto da ordem de trabalhos numa última Assembleia, que se prende com a reabilitação urbana no centro de Oliveira de Azeméis.” E portanto a reabilitação daquilo que é o nosso património edificado mas, exemplificado: estamos a falar do Mercado Municipal; estamos a falar do Centro Coordenador de Transportes; estamos a falar de um conjunto de infraestruturas que nós vamos ter naturalmente que trabalhar afincadamente para procurar financiamento e executar.” Isto tudo disse o antigo presidente de câmara no início de cada um dos seus mandatos. Passaram oito anos, passaram os horizontes e até já passou o título dos horizontes. Ficou, porque isso já é marca, um discurso de propaganda que irrita e vos irrita quando denunciado. Senhor Presidente, não encontrará muitas diferenças entre estas expressões

e aquelas que acabou de usar na resposta á minha intervenção. Passaram oito anos e a grande novidade que você está a dar e que vossas excelências gostam de apregoar até à exaustão é o pagamento da dívida; O pagamento de 30 milhões de euros, nos últimos nove anos. Ainda esta semana podiam encontrar isso bem explicito na página do Município, sobre as outras obras nada. Repito: Nada. E não é o PS que está a dizer mal, são os senhores que neste momento não têm nada para apontar. Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores, contrariamente a outros exercícios, não precisamos de esclarecimentos nem vos tentaremos convencer mesmo com evidências que o discurso pomposo deu em nada. De todos aqueles investimentos, grandes investimentos, que foram anunciados, nada. Naturalmente era o PS já na altura a falar mal. Certamente recordarão os nomes que nos chamaram. Senhor presidente, na apresentação das contas para este ano certamente não valerá a pena dizer, que 1,2 milhões de euros foram para festas e foguetes, que em água e saneamento foi gasto 1% do orçamento; Não valerá a pena dizer que o PPI foi de 4 milhões e desses 1,2 milhões foram gastos em pisos sintéticos. Isto é o resultado de um ano, num fim de ciclo que prometeu mundos e fundos, que prometeu e não cumpriu. Os números que vossas excelências sempre aprovarão nestas assembleias são muito evidentes e vão para lá dos 30 milhões do pagamento da dívida. A autarquia de Oliveira de Azeméis teve orçamentos num total de mais de 300 milhões de euros: 10% suportaram o pagamento da dívida a que estávamos obrigados. Enquanto os planos plurianuais de investimento, investimento direto se quiserem, a autarquia foi prevendo na totalidade destes 10 anos 25% desse valor e executou 15%; teve mais impostos, mais receita – só de IMI foi quase 7% de toda a receita. Um brutal aumento de impostos que acabou por beneficiar a receita orçamental. Mais transferências do Estado, ao contrário do que continuam a dizer. Esta é a realidade e sabem qual é a fotografia do concelho oito anos depois? Meus senhores é exatamente a mesma. Exatamente a mesma fotografia com as taxas de cobertura de água e saneamento que tínhamos há oito anos e que temos hoje. E, o que é mais grave, a possibilidade de podermos ter taxas pouco diferentes daqui a quatro anos é muito grande. A mesma fotografia, nem mais nem menos. E agora digam-me: Afinal o que correu mal? Se há mais receita, se há mais condições, porque é que não houve nenhum destes grandes investimentos? Pelo mesmo de sempre, não é pelo concelho de Oliveira de Azeméis, não é pelos oliveirenses, não é pelos empresários oliveirenses, não é pelos alunos oliveirenses, não é pelas associações oliveirenses, é pela gestão pública em Oliveira de Azeméis que nunca esteve ao nível deste concelho e sempre foi muito pior que a fórmula que nos tentaram vender. Terminado o ciclo, continua-nos a preocupar o de sempre: Um concelho que continua a precisar de um estímulo diferente e de uma realidade que o torne naquilo que ele era há 40 anos. Sim, há 40 anos, antes do início da gestão de Vossas Excelências. Um dos concelhos de média dimensão mais importantes do país. Meus senhores continuamos a acreditar, profundamente, como isto é possível. =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Pinto Moreira do CDS/PP. ===*

===== *Senhor Presidente, senhores vereadores, senhor Presidente da Assembleia, senhoras secretárias, membros desta Assembleia, comunicação social, público, colaboradores da autarquia. O ano de 2016 foi mais um ano típico, o grau de execução orçamental da despesa corrente foi cerca de 90% e da despesa de capital foi cerca de 91%. O município pagou de investimento de capital 10 milhões e meio de euros, dos quais 4.8 milhões de euros foi para a amortização da dívida – ou seja, 45%. Por esta razão, foi um ano típico e corresponde a 100% da execução orçamental ou daquilo que se comprometeu pagar aos bancos foi aquilo que se pagou, 100% porque não havia por onde fugir. O restante, pouco mais de metade, destes 10 milhões foi de facto investimento corrente para municípios e o restante é genericamente terrenos, edifícios, jardins, material de transporte, material básico, livros, transferências de capital incluindo as transferências para as freguesias. Dos 10,5 milhões de euros foram transferidos 301 mil euros para as 12 Juntas de Freguesia - 2,8%. São números que não escondem a natureza do parente pobre que continuam a ser as freguesias. Mas o mais surpreendente é a execução da rubrica de viadutos, arruamentos e obras complementados em que se comprova o que temos vindo a afirmar ao longo deste todo este mandato: Desinvestir nas vias públicas e arruamentos públicos que deveriam ser instrumentos ao serviço dos municípios. Nos exercícios de 2014 a 2016 o município investiu sempre muito menos do que havia orçamentado nesta via: Em 2014 ficou-se pelos 62%; Em 2015 pelos 86%; Em 2016 pelos 71%, porque não se fez a manutenção devida das estradas, pelo menos nas últimas verbas que estavam orçamentadas, nos três primeiros anos do presente mandato. Passando ao ponto 5: Somos agora confrontados em 2017, e 2017 vai quase a meio, com uma solicitação de regularização orçamental sem precedentes: Um reforço de verbas para reparação de vias de mais 140% do que estava orçamentado em 2007, daquilo que nós aqui aprovamos; Uma revisão orçamental que manda quase para o triplo de 1 milhão e 700 mil euros; Pede agora o executivo para nós aprovarmos 4 milhões e 146 mil euros. Este reforço, inclusive é superior ao orçamentado aprovado por esta Assembleia Municipal em dezembro último. Quando submeteram o orçamento o Presidente e os seus vereadores já sabiam que iriam fazer isto - esta habilidade. Com isto se comprova afinal que houve intensão. Havia consciência que se estava a deixar degradar irreversivelmente as vias e arruamentos ao longo de anos por falta de manutenção prejudicando os oliveirenses deliberadamente. Este pedido de revisão do orçamento e a alteração ao Plano Plurianual de Investimento tem de vir associado a um pedido de desculpa aos oliveirenses. Porque são eles em primeira mão as vítimas desta grande irresponsabilidade. Com este pedido de revisão ao Orçamento e ao Plano, de forma descarada e sem qualquer pudor, o executivo assume que deixou degradar as vias e arruamentos. Sendo, agora, preciso muito mais dinheiro; pois a sua manutenção não foi feita em devido tempo ao longo do mandato e os municípios foram prejudicados. Como resultado: Um sistema de estradas emisenos; com buracos, valas, piso*

rebetado, bermas rotas, por aí a fora. Com todas estas mazelas que sabemos que constituem agressões constantes para a mecânica dos automóveis ou de qualquer outro veículo que assim são obrigados a circular com desgaste anormal de pneus, estrago de amortecedores e do sistema de suspensão, desalinhamento de direções, maior risco nas curvas e travagens. Os milhares de veículos que circulam semanalmente nestas condições são os seus proprietários que têm custos acrescidos com a manutenção ou redução do tempo de vida útil dos seus veículos. Um reforço para o triplo numa rubrica que é estrutural nesta que é uma das áreas chave de atuação e responsabilidade dos municípios em prol do desenvolvimento económico, da qualidade de vida e do bem-estar, e do desenvolvimento, carece de políticas conscientes e de rigor, não se pode brincar. Estrutural significa o oposto de conjuntural, não depende do tempo nem da posição dos astros. Alterações aos orçamentos e planos sempre houve e vão continuar a existir mas, por um lado, para acudir a situações que não seria possível prever aquando da feitura daqueles documentos. Mas, nesta cláusula, o presidente e os vereadores sabiam e foi um ato irresponsável de gestão pública não trazerem a esta assembleia a dimensão real das necessidades que precisam para esta rubrica que só aparecem agora para manobras e impressionar em modos campanha eleitoral. Demagogia concertada e organizada. Também se podem justificar as alterações aos orçamentos de planos plurianuais em situações excecionais, em casos imprevistos ou extremos, em urgências estando em causa a saúde pública, calamidades, proteção civil, etc. Nada disto está aqui em análise. Esta solicitação não é para acudir nenhuma situação excepcional. Esta situação é para darmos o brilho clássico a uma prática irresponsável de gestão e é também uma prática de gestão pública que é imoral. Pois, os prejudicados foram e são os oliveirenses que pagaram uma carga de impostos para os cofres do município sem precedente no ano de 2016. Porque havia dinheiro o executivo chegou ao fim com o resultado líquido positivo; É como alguém que chega ao fim do mês com dinheiro mas deu fome aos filhos ao longo do mês. É ilegítimo da vossa parte. Mas, no final, ainda vai ficar mais caro aos cofres município. E porquê? Porque com o estado de elevada degradação de algumas estradas vai ser espalhado alcatrão sobre bases todas partidas e degradadas, ficando tudo novo por cima mas tudo podre por baixo e a sua durabilidade será muito mais reduzida. Novas fissuras e mais estragos irão aparecer. É como sistematicamente não procedermos à troca de óleo do motor usando e abusando de milhares de quilómetros com óleo queimado. Um dia, lá terá de trocar o óleo mas, também, terá de trocar o motor. Ainda há mais anomalias ao nível das boas práticas da gestão: Estou a falar de governança, planeamento e gestão. Demonstram ser em cima do joelho em vez daquilo que deveria ser governança planeada e gestão de excelência para o Município que é ele (Município) de excelência. Estamos perante a negação/ausência de planeamento, os interesses de particulares na gestão de um calendário de interesses de uma maioria na Câmara em contraposição dos interesses dos cidadãos e munícipes. Ora, vamos ver: pedindo a revisão ao orçamento em mais 2,4 milhões de euros nessa verba não vai ser possível em tempo útil realizar concursos públicos para se encontrar as propostas mais favoráveis às finanças do município e, assim, somos levados a entender que se

vai usar e abusar de contratações por ajustes diretos em que a margem negociável é muito mais baixa e vamos pagar muito mais caro do que pagaríamos em quaisquer condições e práticas normais de boa governança, planeamento e boa gestão. O executivo, não gasta o dinheiro que é seu, gasta o que é nosso. O executivo é o responsável pelas suas opções políticas. O que está em causa é o uso e gasto menos adequado do dinheiro público. E dito isto, para finalizar: deve reparar os danos que foram causados e deve um pedido de desculpas aos oliveirenses, pelos incómodos causados. =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Amaro Simões - Presidente da Junta de S. Roque.* =====

===== *Boa tarde, mais uma vez. Feita então a apresentação macro, vou-me limitar à apreciação micro de um presidente da Junta de Freguesia inconformado. Em vinte anos e em quase todas as votações, mas particularmente nos orçamentos e prestações de contas, tenho sempre mais tendência em votar a favor do que contra. Pois, encontro sempre no número uma expectativa, uma esperança que me motiva e conforta. Não é o caso de hoje em que me proponho votar contra. O que eu encontro neste documento espelha bem o exercício de um mandato discricionário, injusto e arbitrário. Tratou-se uma estratégia partidária e prepotente do estilo “manda quem pode e obedece quem deve”. Percebemos desde logo a mensagem - Imprópria dos tempos do 25 de Abril. Sabíamos que tínhamos que responder com mais trabalho, mais dedicação, resiliência e muita paciência. Por isso, não há bem que sempre dure e também não há mal que nunca acabe. Eu cortei aqui algumas passagens que eventualmente poderiam ser menos compreendidas, mas vou deixar duas notas: Estas são já contas e procedimentos do passado; hoje, felizmente, estão criadas condições para um melhor entendimento entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia para que não haja areias na engrenagem. Segunda nota: Era para dar nota dela no final como declaração de voto. No entanto, pode ser que da resposta do senhor Presidente apareça algum número que eu não tenha detetado e que de consciência me permita alterar o meu sentido de voto. Custa-me: em vinte anos de participação em Assembleias Municipais nunca votei contra nem um orçamento nem prestação de contas e sinceramente não queria criar um precedente. Muito obrigado Senhor Presidente e colegas. E desculpem este inconformismo da minha parte.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno Pires, do PSD.* =====

===== *Relativamente à prestação de contas do Município de Oliveira de Azeméis, eu vou fazer uma parte mais técnica e depois uma parte de análise mais política. E começo por dizer que: O resultado líquido do exercício foi superior a 3,8 milhões de euros; O Município de*

Oliveira de Azeméis reduziu a sua dívida para os 22,8 milhões de euros, sendo que 3,4 milhões de euros correspondem ao ano de 2016; As receitas tiveram um aumento face ao ano de 2015; Bem como as despesas uma diminuição, diminuíram dos 16 milhões de euros para os 12,7 milhões de euros e o endividamento de empréstimos bancários de médio e longo prazo dos 20 milhões de euros para os 16 milhões de euros; O valor do investimento direto do município foi cerca de 4,2 milhões de euros e sofreu uma redução face ao ano anterior, não sendo de todo irrelevante a fase de transição entre os quadros comunitários. Por outro lado constata-se também o esforço adicional do município que aumentou o investimento com capitais próprios, ou seja, em cerca de 750 mil euros. Se ao investimento direto do município somarmos as transferências de capital para investimento, nomeadamente Juntas de Freguesia, coletividades e instituições, constataremos que o valor global do investimento foi na ordem dos 5,8 milhões de euros. Verificamos também que houve um aumento de transferências de capital para investimento nas Juntas de Freguesia na ordem dos 60 mil euros a mais face o ano anterior, bem como 875 mil euros para instituições e coletividades. Feita a parte mais técnica, gostava de fazer aqui umas pequenas considerações, até porque o senhor deputado Bruno Aragão e, inclusive, o senhor deputado Pinto Moreira fizeram aqui uma afirmação; - E, se me permitem, antes de mais, eu não queria dizer que nós ficamos irritados com aquilo que vocês dizem que é verdade. O que nós não gostamos é que com leviandade se levantem acusações que no fundo servem é para encher capas de jornais e que por acaso até estão favoráveis. Mas, numa análise mais micro como o senhor Amaro Simões fez, eu tenho que dizer aqui uma coisa: O Município de Oliveira de Azeméis não aumentou nenhum imposto. O que aconteceu foi que o Município de Oliveira de Azeméis teve um aumento da receita de impostos. Ainda bem que o senhor deputado Bruno de Aragão concorda. Porque assim até vai de encontro a minha primeira intervenção no “Período de Antes da Ordem do Dia”. E se o Partido Socialista tivesse tido a preocupação de fazer uma análise mais micro, iria facilmente perceber que a receita derivada dos impostos no exercício 2016. A receita deriva de dois impostos – da Derrama e IMT: A Derrama que é uma taxa que o município pratica até como sendo um exemplo porque é das mais baixas do distrito de Aveiro e que resulta apenas dos resultados líquidos das empresas residentes no concelho de Oliveira de Azeméis. Ela teve um aumento de 4%, cerca de um valor superior a 300 mil euros. Ao contrário do que dizem, não foram as pessoas, foi o resultado das empresas; Por outro lado, o IMT resulta de transações imoveis e teve um aumento de 19%, ou seja, um aumento superior a 275 mil euros, face ao exercício de 2015. Aquilo que o Partido Socialista vê, e o CDS, como um brutal aumento da carga de impostos; Eu só vejo como uma coisa completamente oposta, uma coisa completamente dinâmica e pujante da atividade económica do concelho e das empresas do nosso concelho. E isto é o resultado de uma estratégia que é fomentada pela aposta na formação, na educação e que trás também mais empresas e mais receitas ao município de Oliveira de Azeméis. Mas para que não restem dúvidas, até porque, eu aposto que posteriormente virão aqui dizer que as receitas diretas com os impostos sobre os oliveirenses foram elevadas e que aumentaram muito. Eu passo também a explicar que na receita do IMI,

face ao ano de 2015, houve uma variação positiva de cerca de 0,4%, ou seja, na receita total do ano anterior houve um aumento de 30 mil euros numa rubrica superior a 6 milhões de euros. Da mesma forma como a receita acumulada do fundo do equilíbrio financeiro, ponto social municipal, e o IRS teve uma variação positiva de 1% - cerca de 150 mil euros. Isto para dizer que ao contrário do que dizem, os impostos não aumentaram em Oliveira de Azeméis, a atividade económica é que aumentou em Oliveira de Azeméis. Isto é um bom sinal para os oliveirenses. Mais uma vez, a leviandade com que levantam questões do aumento brutal de impostos leva-nos a pensar e a mensagem passa de que afinal em Oliveira de Azeméis aumentam-se impostos para se fazer mais obras e mais dívidas. Isso não é verdade. O que aumentou foi a receita. O que aumentou foi a receita dos impostos e não os impostos aplicados. Relativamente a muitas das considerações que o deputado Bruno Aragão foi fazendo na sua intervenção e mais concretamente em relação ao investimento, eu tenho a dizer o seguinte: É verdade que o PSD foi pioneiro. E orgulhamo-nos. Porque nós orgulhamo-nos do passado ao contrário de grande parte dos membros do Partido Socialista que não se orgulham nem se reveem na estratégia do PSD. A qual eu respeito perfeitamente e acho que assim é que deve ser. E, confesso, não sei compreender porque é que o deputado Bruno Aragão tenta passar uma realidade tão má dos oliveirenses. E ouço uma série de pessoas que concordam. Mas a realidade é que isso tem sido constatado nas eleições, ano após ano, gerações após gerações. De qualquer maneira, eu gostava ainda de dizer outros fatores: Qual é o nível de investimento do Governo da Nação a nível global? É grande? Não é baixo? Senão o mais baixo de sempre desde o 25 de abril? Agora, não podemos puxar só para um lado ou para o outro. É óbvio que tem o impacto da transação dos fundos comunitários. Mas, sabe qual é a diferença? É que no município de Oliveira de Azeméis a dívida reduz e a nível nacional a dívida não está a reduzir. Passado isto, eu tenho apenas a dizer que, certamente, há muitas coisas que poderiam ser feitas de forma diferente e que podiam ser apostas. O senhor deputado Bruno Aragão disse o Partido Socialista propôs em 2010 ciclovias. O Partido Socialista, o que é que não propôs até agora? Não diz é como faz. Nós fizemos o plano de saneamento financeiro e fomos pioneiros. É verdade. Temos um facto. Apresentamos uma solução. Qual foi o discurso? Porque vai ser “assim ou assado”. Não se verifica, senhor deputado? Aconselho-o a estar mais presente em Oliveira de Azeméis; Assim como o PS diz que se gastou 1,2 milhões de euros em festas e, festinhas, em foguetes. Mas da mesma forma que o Partido Socialista diz que se gastou 1,2 milhões euros insinua que esses 1,2 milhões euros senão fossem gastos permitiriam que se fizesse tudo o resto. A começar pelo saneamento a 100%, a água a 100% e, mais ainda, baixava as taxas porque tivemos um brutal aumento de impostos. Nós não tivemos um aumento brutal de impostos, nós apenas tivemos um valor superior da receita com a redução de impostos. Caso não se recorde, a cláusula do IMI familiar veio permitir que famílias com mais números de dependentes tenham benefício. Isso sei o eu. Obrigado. =====

===== *Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, foi dito:*=====

===== *Queria dizer ao senhor Carlos Costa Gomes que quem dirige os trabalhos é a Mesa e não existe indicação cronológica nas inscrições.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar resposta às intervenções anteriores.* =====

===== *Bem, antes de mais, nós temos aqui presentes os técnico do Município, que têm responsabilidade na elaboração técnica do documento. E a propósito da intervenção do deputado Pinto Moreira eu pedia para darem uma explicação, até porque foi posta em causa a revisão orçamental, se o senhor Presidente permitir.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Dr. Carlos Maia – chefe da Divisão Municipal de Contabilidade e Património.* =====

===== *Boa tarde a todos. Eu confesso que já troquei algumas impressões com o Eng.º Pinto Moreira. E confesso que não percebi a articulação que fez com a revisão ao orçamento que é obrigatória com o acréscimo de investimento ou de despesas de investimento associadas. Portanto, a revisão ao orçamento decorre de um procedimento que não é mais do que: A utilização do montante existente em disponibilidades e que decorre do ano que termina para poder ser utilizado no ano seguinte, portanto não tem a ver com um acréscimo de investimento. Ou seja, o executivo poderia dar outro destino a esse valor, no entanto e ao longo destes anos tem dado como destino desse valor do saldo de conta e gerência do ano anterior para investimento. Não significa que haja um aumento do investimento obrigatório ou que isso decorra de alguma forma da utilização desse saldo. Portanto, não vejo que esse valor, e pelo que percebi da sua intervenção, seja um valor que poderá ser somado ao orçamento inicial aprovado - se bem percebi essa questão. É apenas um procedimento que decorre da lei e que tem que ser aplicado, não mais do que isso.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Pinto Moreira, do CDS/PP.* =====

===== *Senhor Presidente quanto às questões processuais legais da alteração do orçamento, eu não venho aqui para discutir isso. E não tenho qualquer dúvida de que o*

executivo cumpre todas as leis e procedimentos que existem para a execução orçamental. Eu estou a fazer uma intervenção política. É o que estou a fazer. Em 2014, para esta rubrica, foi orçamentado 245 mil euros e foram apenas executados 152 mil euros; 62%. Em 2015 foram orçamentados 314 mil euros e foram executados 258 mil euros; sempre a desinvestir. Em 2016 sabíamos que estávamos a aproximar-nos do ano eleitoral e foram orçamentados 994 mil euros e executados apenas 700 mil euros. E eu pergunto - porquê apenas 71% da execução orçamental? Para este ano, ano de eleições, nós até aprovamos porque sabemos que é assim, aprovamos 1 milhão e 172 mil euros. Que, supostamente, eram as necessidades inventariadas na altura a quando do orçamento. E nós para reposição das estradas - não investimos - desinvestimos. Há uma degradação tal que para isso precisamos de uma verba suplementar. E agora vêm dizer que: - afinal são precisos 4 mil e 400 euros e que querem uma alteração do orçamento. O orçamento não é para estas coisas, para esta rubrica. Estão a fazer um reforço de um plaform e aplicá-lo aqui. Isto é a prova inequívoca de que deixaram degradar o estado das estradas municipais. Porque todos que aqui andamos sabemos. E nós CDS/PP trouxemos aqui: pontes em Ossela, que estão com limitação ao trânsito a nove toneladas há anos. Temos andado sempre a insistir nisto e a alertar que o Município tem desinvestido nesta matéria. E, agora, vem o ano de eleições e põem alcatrão por cima de tudo. O que é que isto significa? Expliquem-me.=

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Bem, há diferentes interpretações do ponto de vista político e quase me atreveria a dizer: Não é minha intenção mudar a opinião de ninguém e cada um faz a leitura que entender. Sinceramente deixe-me particularizar porque, fiquei aqui na retina com a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, senhor Amaro Simões, já percebi que tinha uma intervenção mais dura mas queria dizer-lhe o seguinte: Não quero de modo nenhum influenciar o seu sentido de voto. Deve votar em consciência, como sempre fez ao longo dos seus anos de mandato. Relativamente à sua intervenção, o que posso dizer é apenas o seguinte: É evidente que fiz parte de uma equipa dirigida pelo outro presidente de Câmara (Hermínio Loureiro) e sou totalmente solidário com aquilo que foi a sua ação e a minha ação, em particular nas áreas que tinha e tenho responsabilidade ainda neste executivo. Mas, obviamente, nós estamos aqui a avaliar e a pronunciarmo-nos por um exercício em concreto. Embora, obviamente também perceba que as diferentes bancadas se tenham pronunciado não apenas pelo exercício de 2016, mas feito, digamos, um exercício que vai para além de 2016; Não sei se de alguma forma se esqueceram de 2017. Estamos em 2017 e há um conjunto de ações que estão a ser executadas e que se pode sempre colocar os catálogos que quisermos. Eu estou completamente tranquilo, de consciência tranquila em relação a aquilo que tem sido a minha ação enquanto Presidente de Câmara e não apenas com o senhor Amaro Simões mas com todos os presidentes de junta, todos

sem exceção. Dizer-lhe o seguinte: Voltando à questão que colocou e referiu - obviamente que estamos a falar de contas do passado. Mas eu também posso-lhe dizer que neste curto espaço de tempo em que exerço as funções de Presidente Câmara e pelos diferentes momentos em que temos dialogado, procuramos encontrar mais soluções do que propriamente problemas; E também habituei o senhor Amaro Simões, assim como todos os outros presidentes de junta, a honrar os compromissos assumidos que, em grande maioria, não foram assumidos por mim inicialmente mas os quais agora assumo no exercício das minhas funções sempre procurando no tempo que ainda resta, ir cumprindo tudo aquilo que estava previsto em termos do Plano e do Orçamento para 2017. E, portanto, o senhor Amaro faz o juízo que entender. Esta é a minha maneira de estar e de atuar. Hoje sou eu que estou a ser julgado, de alguma forma porque exerço estas funções. Mas não tenho nenhum problema de dizer que assumo e assumirei sempre (ainda que não tivesse a responsabilidade de Presidente de Câmara) aquilo que está no exercício deste mandato. Não estando nós propriamente a fazer a avaliação do exercício do mandato mas sim de 2016. Relativamente a 2016, e relativamente a aquilo que está em apreço que é o nosso relatório de contas, a nossa prestação de contas, o que lhe posso dizer é: Nós, uma vez mais conseguimos cumprir com muitos dos desígnios - não foram todos, nem poderiam ser - que tínhamos previsto para o exercício em 2016. Obviamente, que não podemos ser indiferentes a aquilo que são as nossas obrigações relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro. E são essas as obrigações que temos que cumprir escrupulosamente, porque a isso nos comprometemos. E na linha daquilo que acontece desde 2007, nós temos o exercício de 2016 com uma performance económica e financeira positiva. E é só isso que lhe posso dizer a si a todos que fizeram intervenções. E, resumidamente, como sabem, já conseguimos atingir os números que nos colocam já abaixo do limite legal de endividamento, por exemplo, que é imposto por lei. E nós temos de facto um aspeto que eu tenho de relevar porque não é tão positivo como eu desejaria, que é a questão do investimento. De facto, nós tivemos um investimento em 2016 mais baixo do que aquilo que era necessário e desejável e até previsto. Mas também não podemos estar completamente desenquadrados daquilo que foi o ano de 2016. Em 2016, no que diz respeito em particular à transição de quadros comunitários, apesar de já estarmos no fim, e deveríamos estar em execução muito elevada, tivemos aqui uma questão que tem a ver com os financiamentos comunitários e que obviamente também seria de mau tom sermos, se calhar, acusados de uma má gestão ou menos correta. E gostávamos de aproveitar o apoio financeiro que temos para fazer algumas coisas e cumprir com algumas das questões que estão colocadas em orçamento e que o senhor deputado Bruno de Aragão disse que nós não fizemos. E tem razão. Nós não fizemos. Sobretudo, algumas requalificações que gostaríamos de fazer em alguns edifícios públicos municipais; naquilo que diz respeito à requalificação do centro urbano que estamos ainda longe de atingirmos aquilo que gostaríamos. Mas, julgo que estamos no bom caminho para podermos cumprir com algumas dessas questões. Estou a falar em particular, por exemplo, da requalificação do Caracas, mas poderíamos estar a falar de muitos outros projetos que temos previsto em termos de execução. É certo que estamos a ficar

sem tempo e ele passa rápido demais. Mas nós temos de facto esta questão aqui da transição dos quadros comunitários; Mas agora também não vale a pena dizer que nunca como em 2016 houve investimento direto por parte do município com fundos próprios. Portanto, nós não estamos a falar obviamente do grande volume que permitiu que o investimento por via dos fundos comunitários. Mas tivemos um aumento significativo daquilo que foi o investimento municipal: Aumentamos as transferências de capital para investimento nas Juntas de Freguesia, que não é muito significativo: Mas é investimento e está espelhado na página 111 do relatório. Aumentamos a transferência de capital para investimento em outras entidades; É verdade que poderão falar e eu creio que o senhor deputado Bruno Aragão referiu a questão dos sintéticos, não no sentido pejorativo mas em sentido positivo. Eu acho que devemos valorizar algum desse investimento por via de outras entidades que teve a ver com melhoria das infraestruturas e nomeadamente de infraestruturas desportivas. E aqui também está inserido, naturalmente, a requalificação do Pavilhão Salvador Machado e de muitos outros investimentos em infraestruturas. O que, de uma forma direta ou indireta, de uma análise simples de investimento que baixou cerca de 39% não estaríamos a falar destes investimentos indiretos - como estou a acabar de referir. A diminuição do investimento naturalmente não o desejável e admitimos todos nós que temos esta obrigação de prestar contas. E prestamos com toda a clareza e toda a sinceridade. Mas, também, dizer ao mesmo tempo se estamos obrigados a reduzir o nosso endividamento e a nossa dívida, não podemos fazer com que o investimento cresça na mesma ordem de proporção. Em qualquer circunstância acho que é importante sublinhar estes números em termos de investimento - já que quiseram fazer este exercício para os quatro anos: Eu vou-me limitar aos últimos quatro anos que acho que é o mais correto e vou falar do investimento: Só em termos da rede viária - €2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil euros); Temos investido em edifícios, escolas, instalações municipais, áreas de acolhimento entre outros - cerca de €9.000.000,00 (nove milhões de euros); Em muros, passeios e outras obras que estão identificadas em termos do investimento municipal - cerca de €600.000,00 (seiscentos mil euros). Quando falamos em outros investimentos, podemos falar da sinalização horizontal, vertical, passadeiras, a requalificação do polidesportivo, por exemplo da Feira dos Onze, entre outras obras - cerca de €1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil euros). Ou seja, temos um investimento no total dos quatro anos, estou a falar de valores com IVA incluído, em cerca de €13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil euros). É certo, como diz o senhor deputado Pinto Moreira: “As nossas estradas não estão deliberadamente desqualificadas, como por exemplo naquilo que precisavam para melhoria do seu piso.” Mas, também, reconhece que há um esforço considerável para melhorarmos o estado das nossas vias. E, portanto, em 2017 já temos um volume de reabilitação de vias considerável. Sou o primeiro a reconhecer que este processo não vai demorar um ano, não pode durar e nem pode ser planificado para um ano, tem que ser planificado para vários anos e se calhar para além do mandato. E depois temos que conciliar algumas coisas porque também fala-se que não houve nenhum investimento em água e saneamento. E isso também não é de todo verdade. E também temos que conciliar que quando se

intervém na rede viária e depois se tem que pensar na intervenção em água e saneamento, estamos por um lado a requalificar e por outro lado a causar incomodo quando se começar a estender. Por exemplo: Até porque, temos uma candidatura aprovada em €3.000.000,00 (três milhões de euros), em termos de água; Não está totalmente aprovada, está só uma parte; Está aprovado cerca de €800.000,00 (oitocentos mil euros) mas condicionada à construção do Reservatório-17 que vai permitir estender a rede de água e saneamento e que vai atingir valores na ordem dos 86%, 87%, de cobertura de água. Obviamente que estamos neste dilema: Claro que queremos ter boas estradas, mas depois vamos outra vez ter o incómodo de as ter de novo com problemas porque vão ter de ser abertas para criar condições que são necessárias para instalar o saneamento e a água. Nós tivemos, uma evolução positiva do ponto de vista financeiro e gostava também que retivessem estes números: Onde a nossa dívida total passou de 26 milhões de euros em 2015 para 22,8 milhões de euros em 2016; O nosso endividamento líquido municipal diminuiu de 16,2 milhões de euros em 2015 para 12,7 milhões de euros em 2016; E o nosso endividamento de empréstimos bancários de médio e longo prazo diminuiu de 20,3 milhões de euros em 2015 para 16,2 milhões de euros em 2016; O prazo médio de pagamentos quantifica-se em 46 dias - Isto reportado a 31/12/2016. E aqui temos uma variação de tempo negativa: porque no ano passado tínhamos um prazo médio de pagamentos a 37 dias e passou para 46. Mas também cabe-me aqui esclarecer: as grandes adjudicações de obra são normalmente contratualizadas com pagamentos a 60 dias e não faz nenhum sentido que a Câmara faça antecipação de pagamento para menos dias do que está contratualizado. Portanto, há aqui uma intervenção que não é assim tão significativa e não estamos assim tão longe daquilo que a lei determina, isto é: poderíamos ir até 80 dias mas estamos nos 46 dias. Portanto, muito a baixo daquilo que é os prazos médios de pagamento e que poderíamos ainda atingir de acordo com aquilo que tem sido o nosso compromisso relativamente a esta matéria. Uma outra nota que tem a ver com a questão do aumento da receita proveniente de impostos: Eu acho que isto já foi aqui explicitado e ao contrário daquilo que era aqui anunciado: - o IMI ia ser um grande gerador de receita para o Município. Não é verdade, porque houve uma variação como já aqui foi dito em cerca de €30.000,00 (trinta mil euros). E, convém sublinhar que, nós adotamos medidas neste âmbito amigas da família. E nem sequer estamos a cobrar a taxa máxima; Aliás, como não fazemos na Derrama, nem como não fazemos noutros impostos que, de facto, nós podíamos ir além daquilo que nós estamos a cobrar. E não estamos a fazê-lo deliberadamente. E já agora vale também a pena interpretar e que conjuga com aquilo que disse há pouco relativamente ao desemprego: É que, se a nossa receita fiscal cresce, por via do impedimento do imposto de IMT, Derrama, IUC, isto significa que efetivamente há uma atividade económica que é positiva e que por essa via nós conseguimos ter mais receita. E essa atividade económica sendo positiva também condiz com aquilo que eu disse sobre o desemprego e que de alguma forma isto está tudo relacionado. E poderão dizer que isso não se deve em nada à autarquia. E também não podemos demagogicamente dizer que a autarquia é um mero cobrador de impostos. Até porque não é verdade. Primeiro, porque quem determina as origens

das receitas da autarquia nem sequer é a própria autarquia. Isto é da Lei, é do Estado, e, portanto, está assim determinado. É evidente que, há autarquias que pela sua localização geográfica podem e têm capacidades de gerar receitas próprias muito maiores do que aquelas que são ou é a nossa, pela força da nossa própria localização. Mas isso não significa que pela via da receita que nós tínhamos que ter aqui uma questão da gestão parcimoniosa daquilo que são as nossas receitas. Nós temos receitas, é um facto assumido e o governo também tem as suas receitas, e são provenientes de onde? Dos impostos, obviamente. E em determinadas circunstâncias até poderia dizer que ao contrário do que acontece, no Município de Oliveira de Azeméis nós conseguimos reduzir o endividamento e a dívida e por aí a fora e infelizmente ao nível do governo não é isso que tem acontecido. E não estou unicamente a referir-me a este governo. Deriva do facto do estado a que chegamos. O estado das finanças públicas. Relativamente a uma outra questão que creio que não foi o caso mas poderiam ter falado: Aumento de custos com o pessoal - E aqui eu gostava de sublinhar que este aumento se deve precisamente à questão do “Programa Aproximar Educação”. No exercício de 2015, nós tivemos apenas relativo ao mês de setembro até dezembro; Em 2016, tivemos um ano completo com quase mais 400 funcionários. E basta fazer a derivação de mais 2 milhões de euros em custos que obviamente estão garantidos do lado da receita nestas experiências que o Estado se comprometeu e tem cumprido rigorosamente connosco, não só, na matéria do que diz respeito à despesa do pessoal contratualizado, mas também, no âmbito do nosso contrato interadministrativo de delegação de competências. Há um outro fator que podemos também acrescentar aqui que é a questão de recuperação dos salários que tem vindo a acontecer e que aumenta os nossos encargos relativamente a essa matéria. Enfim, eu não queria estar a maçar muito mais, cada uma das bancadas já se pronunciou sobre o exercício 2016. Mas vale a pena sublinhar que nestes últimos dez anos a redução da dívida total no Município de Oliveira de Azeméis quantifica-se em €33.432.889,00 (trinta e três milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, oitocentos e oitenta e nove euros) - são cerca de 56%, o que é bastante significativo. Uma situação que para nós significa estarmos com boas contas, estarmos num caminho certo que foi executado em 2007 e na altura eu estava desse lado – no lado da Assembleia Municipal. E que continuamos firmemente a cumprir com aquilo que são as nossas obrigações em termos do compromisso que assumimos, quer por via do cumprimento de outras obrigações que entretanto foram criadas por força da lei e que nós temos também rigorosamente que cumprir. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno de Aragão, do PS.

===== Senhor Presidente, se me permitisse, solicitava que me pudessem colocar aquela imagem novamente em projeção. Senhor Presidente da Câmara, se me permite, vou tentar uma abordagem diferente a ver se desta vez nos entendemos: Quando falamos em escolhas políticas ou opções de gestão e que fomos falando ao longo destes anos, das quais sempre fomos

acusados. Eu acho que esta imagem é a mais perturbadora e ilustrativa. E se tiver a bondade de ir acompanhando esta imagem: Senhor Presidente, se bem se recorda, já a deve ter visto em vários documentos; Ilustra o concelho de Oliveira de Azeméis e as taxas de cobertura de água e saneamento. Esse era o mapa em 2007, Senhor Presidente. Em 2008, o grande desígnio - se é que eu entendo o significado da palavra desígnio - de Oliveira de Azeméis era fazer cobertura em termos de água e saneamento a 100% neste concelho. O Senhor Presidente diz-me que, em primeiro lugar, o desígnio não foi cumprido; e, depois, que foi unicamente em 5% ou 10%. Não foi. O Senhor Presidente diz-me que gastou 20 mil euros no último ano em água e saneamento. Por exemplo: No último ano foram gastos €123.000,00 (cento e vinte e três mil euros) na Volta a Portugal e gastamos €20.000,00 (vinte mil euros) em saneamento. Senhor Presidente, quando falamos em opções, naturalmente, tem que falar nisto. Quando falamos em opções e transferências para as Juntas e em apostar nas pessoas, numa política de pessoas, tem que dizer que transferiu menos para as Juntas do que gastou no Mundial de Hóquei em Patins, por exemplo. Isto são opções políticas. E, naturalmente, que nós não as teríamos feito. (Mas voltando a este mapa, que, de facto, é perturbador). O Senhor e a maioria das pessoas que aqui estão votaram favoravelmente à concessão de água e saneamento. Essa concessão tal como dissemos na altura não previa, sem fundos comunitários, o aumento nem o alargamento desta rede. (Está na ata, consultem-na.) Mas, mesmo assim, votaram a favor. Entre outras coisas, quando o município fez essa concessão perdeu a capacidade de conseguir gerar riqueza e receita própria. E a capacidade de gerar receita própria nada tem a ver com o que o senhor Presidente disse sobre a localização geográfica dos outros municípios. Cada município gerará receita própria que conseguir com a capacidade e com os recursos que tem. O município de Oliveira de Azeméis optou por alienar uma receita própria que poderia ser fundamental, mesmo dizendo que para ter água e saneamento tem que recorrer aos fundos comunitários e que por isso era indiferente ter uma concessão ou não. Mas, digo-lhe mais, senhor Presidente. Falar a verdade aos oliveirenses é dizer assim: - Estão previstos 3 milhões de euros para a água. O senhor presidente sabe quanto é que custa fazer a rede neste momento para a rede de água? Custa 25 milhões de euros. Eu já percebi que está com dificuldade em responder mas - espere senhor Presidente. Desculpe este diálogo. Eu vou recapitular: O município comprometeu-se em fazê-lo a 100% neste mandato. Não fez, concessionou. Ao concessionar perdeu uma importante fonte de receita. Neste momento, de facto, o município depende imenso dos impostos que cobra. O senhor presidente falou em 3 milhões de euros para a água, com fundos comunitários. Sim Senhor. E o que eu lhe digo é: O senhor sabe quanto é que custa fazer a rede em baixa? Quanto custa investir no saneamento, de acordo com os documentos que o senhor e a Câmara têm? Agora diga-me: O senhor tem forma de dizer, olhos nos olhos, às pessoas, nos próximos anos, que a autarquia tem capacidade de o fazer ou que há fundos comunitários estruturados para isso? Olhos nos olhos, não é a mim, aos oliveirenses? Eu percebo o embaraço. Mas quando estamos a falar de opções políticas é disto mesmo que estamos a falar. Quando houve essa opção, quando tivemos o Plano de Saneamento Financeiro várias vezes dissemos: - Esta

autarquia está a alienar uma fonte importante de receita; - Esta autarquia está a tornar-se um cobrador de impostos, no sentido em que a sua receita depende em muito dos impostos. Aquilo que eu disse, senhor deputado Nuno Pires, não foi rigorosamente nada do que o senhor disse. O que eu disse foi uma coisa tão simples como, e passo a citar: “Só o IMI representou nestes últimos anos cerca de 7%, um brutal aumento de impostos que beneficiou a receita do município.” – Foi isso que eu disse. Não disse que autarquia aumentou. Meus senhores vou repetir números, porque aquilo que disseram não está correto. E vão-me desculpar, mas não vamos voltar ao discurso: Agora é que estamos no caminho certo. Ou, afinal, até já desinvestimos. O senhor sabe em 2013 quanto é que estava previsto investir em 2016, no tal planeamento de rigor que o senhor Herminio Loureiro falava e todas as cabeças do executivo diziam que sim, sabe quanto é que estava previsto? Eu digo-lhe: 14 milhões de euros. Sabe quanto é que investimos, senhor Presidente? 4,2 Milhões de euros. E o senhor diz-me que, em quatro anos - disse que era melhor não irmos a oito anos - investimos 13 milhões de euros. Sabe quanto é que isso representa do total do orçamento que a Câmara geriu? Menos de 10%. O que o senhor está a dizer a mim e aos oliveirenses é que investiu menos de 10% do orçamento da Câmara Municipal. Sabe quanto é que pagou de dívida? Nestes oito anos, sabe quanto é que representou esse esforço? 10%. E o senhor vem-me dizer que nós é que estamos enganados com os números. Os senhores, não refutam uma única vez estes números. Em 2007, em 2008, em 2009, em 2013 sempre que apresentamos estes números como gestão política, como forma que as coisas estão ligadas. Os senhores disseram: - Lá estão vocês sempre a dizer mal. Agora o discurso é: - De facto, o investimento até é pouco. É a segunda assembleia em que os senhores dizem isso e que era melhor terem investido em grandes desígnios. Agora o senhor diga-me onde é que estão os grandes desígnios que foi o antigo presidente e a sua equipa que elencaram. Senhor deputado Nuno Pires: Foi a única intervenção em que eu não teci, ao contrário do que disse, comentários nenhuns. Foi a intervenção toda a citar duas Assembleias Municipais do Dr. Herminio Loureiro, com expressões do Dr. Herminio Loureiro sobre o orçamento para os primeiros quatro anos do primeiro mandato e do orçamento para os quatro anos do segundo mandato. E no fim disse - e eu volto a repetir para não tirar mais tempo com isto: “Isto é o resultado.” Num fim de ciclo que prometeu mundos e fundos, os números que vossas excelências sempre aprovaram nestas assembleias são evidentes. Mais de 300 milhões de euros que o município geriu, 10% para o pagamento da dívida e onde a única grande coisa que os senhores estão sempre, sempre a dizer, apenas 25% esteve previsto em termos de investimento. Os senhores nunca previram investir mais do que 25% e, só investiram 15% nestes últimos anos, só investiram 15%. Disse mais: “Mais impostos”. Sabe quanto é que cobrávamos de IMI em 2007? 4,7 Milhões de euros. Sabe quanto é que cobramos hoje? Mais de 7 milhões de euros. Não me venha falar em 150 mil euros de impostos aqui ou ali. Sabe quanto é que está previsto no Plano de Saneamento Financeiro? Sabe o que teria sido difícil se os pressupostos do Plano de Saneamento Financeiro que felizmente não se cumpriram? Porquê? Porque temos menos juros. Felizmente as taxas de juro estão em níveis históricos. Porque temos mais impostos, temos mais

receita, muito mais do que prevíamos cobrar. Sabe o que é que isso significa, o que é que esse rigor de que fala contribuiu para estas taxas de imposto? Nada. Como o senhor disse – “foi o Governo Central”. Sabe o que é que o rigor contribuiu para os juros da dívida? Zero (0). Como sabe, não é o município que decide: Senão tínhamos juros zero, se pudéssemos até muito negativos. É disto que estamos a falar. Estes são os valores. Foi sempre sobre valores que me referi e nunca, em nenhum momento, refutaram esses valores. A não ser dizer que o PS está do contra. Meus senhores esqueçam o Partido Socialista e discutam os números. É disso que estamos aqui a falar. Números. Estes foram os números disponíveis: 300 milhões de euros para orçamentos e a gestão faz-se a partir daqui. Com orçamentos de 300 milhões, vão-me desculpar: 15 milhões de euros de investimentos - 15% de investimento? E aquilo que vocês pagaram de dívida foi 10% deste valor. Então sobram 90. Então desses 90, foram 40 para investimento? Não. Essa é sempre a questão – opções políticas. Senhor Presidente da Assembleia desculpe este tempo. Muito obrigado.=====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para dar mais esclarecimentos.=====

===== Gostaria só de fazer uma breve observação. Não vale a pena estarmos aqui a prolongar a discussão durante muito tempo até porque eu gostaria de começar pelo fim da intervenção do senhor deputado Bruno Aragão. Nós acusamos que - o PS é do contra - então vamos ver como é que o PS vai votar este ponto no final. E já que estamos a falar, vale a pena referir o seguinte: Sei que gostam muito de fazer algum exercício com os números e são até exercícios que aparentemente ficam bem. Senhor deputado: Fica-lhe muito mal dizer que gastamos mais com o Europeu de Hóquei em Patins do que o que transferimos para as Juntas de Freguesia. Já que gosta tanto de falar em números, eu só lhe digo que: Nós transferimos €935.000,00 (novecentos e trinta e cinco mil euros) para as Juntas; E com o Europeu de Hóquei em Patins nós gastamos €107.000,00 (cento e sete mil euros). Portanto, há uma diferença colossal e não é sério aquilo que diz. A questão do investimento. Pegou naqueles números que eu lhe dei e eu não estou a dizer que o investimento municipal se cifra apenas naqueles grandes números que eu lhe apresentei relativamente ao exercício de 2013 a 2016. Mas podemos falar de muitos outros e temos muito que falar porque temos muita obra de facto feita. Mas não vale a pena estarmos aqui a referir se é 10%, ou 15%, ou 20% do valor total arrecadado. Interessa sim o valor total que foi dado. E, como senhor sabe, também temos obrigações para além das obras: Do ponto de vista social, do ponto de vista daquilo que são as nossas obrigações em todos os domínios que nos cabe, não é investimento, mas é investimento nas pessoas e por muito que isso doa. Aliás, até do ponto de vista das festas ou festinhas como vocês gostam de referir, eu só faria um exercício muito simples, que é: Nós também temos muito boa memória e vocês ainda há muito pouco tempo diziam uma frase aqui nesta Assembleia, “... que em Azeméis não acontece.”

E hoje queixam-se que acontece. Se acontece, queixam-se que acontece demais. E queixam-se que em vez de fazerem eventos ou determinados eventos: - Dizem que investiriam de outra forma. Tem razão. Mas o que é que vocês faziam? Eliminavam o “Mercado à Moda Antiga”, a “Noite Branca”, a “Sénior Party”, o “Azeméis é Social”, o “Aqui Há Futuro”, as “Jornadas da Educação”? Fariam isso? E se fizessem como referiu - entende que é esse o caminho em termos de resultado para as Juntas de Freguesia e para as outras necessidades que o senhor estava a referir? Olhe que o orçamento, tal como o nosso orçamento pessoal, não estica. Portanto, nós honramos os nossos compromissos, pagamos a quem devemos e não temos nenhum problema em assumir isso. É verdade que não conseguimos atingir as metas mas, humildemente, admitimos isso. Mas também é verdade que estamos a trabalhar em conjunto e já agora uma nota adicional: Eu estive, hoje, numa reunião na Área Metropolitana do Porto onde se está a começar a trabalhar para a reafecção dos fundos comunitários e cada um dos municípios, nomeadamente a Área Metropolitana do Porto, poderá vir a ter uma palavra a dizer no sentido de orientar alguns dos fundos que estão destinados a determinados fins que possam não estar orientados e que possam ser reorientados para aquilo que realmente nos faz falta. E quando estamos a falar num investimento em água e saneamento, estamos a falar de valores muito consideráveis como sabe. E já agora, até hoje continuo a espera para saber que resolução diferente tem o PS para resolver a questão da água e saneamento; Ainda não vi, até hoje estou a espera. E termino por aqui, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno de Aragão, do PS.

===== Muito obrigado senhor Presidente, é mesmo só um minuto. No saneamento o senhor tem que ler as atas, porque o Partido Socialista disse várias vezes o que é que faria. E, portanto, não vou entrar por aí. Senhor presidente, para que isto fique claro e não haja nenhuma dúvida, porque posso-me enganar e, se me enganar peço desde já desculpas: As transferências de capital para as Juntas de Freguesia, ou seja o investimento que as Juntas podem fazer, não são despesas correntes. Não me venha com esses números, o senhor sabe muito bem as diferenças. Não me venha com esse discurso. As transferências de capital para as Juntas de Freguesia, tal como eu disse, foram menos do que custou o Hóquei (Europeu de Hóquei em Patins). E o senhor pergunta-me: que evento é que eu não fazia? Politicamente dissemos sempre o que é que não fazíamos. Não tínhamos feito o Europeu de Hóquei, não tínhamos feito o Futsal Feminino, não tínhamos feito a Volta a Portugal. E a questão não é festas ou festinhas, senhor presidente: Onde há necessidades básicas no concelho de Oliveira de Azeméis, necessidades básicas que não estão cumpridas. Meus amigos, não há dinheiro para festas e é disto que se trata. E o desafio é: Vejam, nesta mesa, quantos vereadores é que têm saneamento. =====

===== *A Assembleia tomou conhecimento e apreciou a referida informação.* =====

===== **Ponto dois:** *Certificação legal das contas do Município – Relatório e parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Conhecimento e apreciação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *A Assembleia tomou conhecimento e apreciou a referida informação.* =====

===== **Ponto três:** *Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas Individuais 2016;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número três à votação, tendo sido apreciado e deliberado por maioria aprovar os documentos de Prestação de Contas relativas ao ano de 2016, com a seguinte votação: - a favor: dezassete votos do PSD, o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar e o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões; - contra: onze votos do PS; - abstenções: duas do CDS/PP, a abstenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta/ Travanca e Palmaz, do Senhor Presidente da Junta de São Martinho da Gândara, do Senhor Presidente da Junta de Loureiro, do Senhor Presidente da Junta de Cucujães e do Senhor Presidente da Junta de Nogueira do Cravo/ Pindelo.* =====

===== **Ponto quatro:** *Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2016 – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi a apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão Executivo, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL; - Já se atingiu o limite mínimo estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, ou seja, o valor contabilístico da conta 51 – Património, corresponda a 20% do Ativo Líquido; - O resultado*

líquido do exercício é de 3.881.820,01 Euros. - Propõe-se a seguinte aplicação: 1. A constituição da Reserva Legal, correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 194.091,00 Euros, em conformidade com o ponto 2.7.3.5 do POCAL; 2. O valor de 3.687.729,01 Euros que seja transferido para Resultados Transitados, em conformidade com o ponto 2.7.3.2 do POCAL. =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto cinco:** *1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2017 – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Esta revisão orçamental deve-se às seguintes situações: 1- À utilização do saldo da conta de gerência do ano anterior. De acordo com o definido no POCAL e referido na Ficha de Apoio Técnico nº 1/2004 – SATAPOCAL – CCDRN: “Após o apuramento do saldo de gerência e a apreciação e votação da prestação de contas pelo órgão deliberativo, o saldo da gerência pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da despesa orçada no ano seguinte, resultando daí uma revisão orçamental (pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL).” Ainda na mesma Ficha de Apoio Técnico refere-se: “O “saldo da gerência anterior”, enquanto componente orçamental da receita, é apresentado, no Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, em “outras receitas” (classificação económica 16.01 saldo orçamental desagregado em 16.01.01 Na posse do serviço e 16.01.02 Na posse do serviço – consignado). A utilização do saldo de gerência resulta numa revisão orçamental, decorre do artigo 25º, nº 1, alínea a) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta do orçamento, bem como as respetivas revisões. Pelo exposto, propõe-se a apreciação do órgão Executivo da revisão orçamental em anexo e a apresentação à Assembleia Municipal para a sua aprovação”.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta com seguinte votação: - a favor: dezassete votos do PSD, dezasseis votos do PS, o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar e o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões; - abstenções: duas do CDS/PP.* =====

===== **Ponto seis:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2016 - Após encerramento das contas municipais – Apreciação;=*

===== *A Assembleia apreciou a referida informação.* =====

===== **Ponto sete:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 31/12/2016 - Após encerramento das contas municipais – Apreciação;*=====

===== *A Assembleia apreciou a referida informação.* =====

===== **Ponto oito:** *Abertura de procedimento concursal e designação de júri para provimento de um lugar/ cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão Municipal de Educação - Autorização;*=====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Lei n.º49/2012, de 29/08 e posteriores alterações, procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º2/2004, de 15/01, na atual redação, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado. - Que o “Regulamento para os Cargos de Direção Intermédia” (Anexo II ao “Regulamento da Organização dos Serviços – Adequação da estrutura orgânica”), estabelece os níveis de direção intermédia, respetivas funções, competências, formas de recrutamento e seleção, regime do contrato e estatuto remuneratório; - Que decorre do art.º 7º do referido Regulamento que os titulares dos cargos de direção intermédia são escolhidos de entre os trabalhadores do Município ou recrutados no exterior, no mínimo, com formação superior com grau académico de licenciatura e quatro anos de experiência profissional na carreira de Técnico Superior ou experiência profissional em funções para que seja exigível a formação referida na alínea anterior; - Que pelo art.º 13.º Composição do júri de recrutamento dos cargos dirigentes da citada Lei n.º49/2012, de 29/08: 1 - O júri de recrutamento é designado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, e é composto por um presidente e dois vogais. 2 - O presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal. 3 - Os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica. 4 - Aos membros do júri que não sejam vinculados à Administração Pública é devida remuneração, a fixar pela câmara municipal, cujo montante não pode ser superior ao fixado nos termos do n.º5 do artigo 21º da Lei n.º2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º64/2011, de 22 de dezembro. 5 - A pedido da câmara municipal ou do serviço municipalizado interessado, o procedimento concursal é assegurado por entidade pública competente, não integrada nos serviços do município, com dispensa de constituição de júri mas com intervenção da pessoa referida no n.º2, sendo, nesse caso, aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 1, 2, 5, 6, 7 e 12 a 16 do artigo*

21º da Lei n.º2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º64/2011, de 22 de dezembro”; - A vacatura de lugar de chefia na Divisão Municipal de Educação, em resultado da aprovação da adequação da estrutura orgânica nuclear e Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (reunião de Câmara de 04/12 e sessão extraordinária de Assembleia Municipal de 21/12/2012, em cumprimento do disposto no art.º 25º da citada Lei n.º49/2012, de 29/08; - Que a Divisão Municipal de Educação dirigida por um Chefe de Divisão, tem por finalidade promover e participar nas atividades de planeamento, informação e controlo de gestão, dada a importância, a complexidade dos assuntos e matérias desta área funcional do Município, acrescida por força das novas responsabilidades e competências para a área de Educação que foram delegadas na esfera municipal pelo Contrato interadministrativo de delegação de competências, celebrado entre o Ministério da Educação e o Município, pelo que o mesmo domina e tem conhecimentos e competências especializadas que lhe permitem ter o perfil e capacidade de liderança para dirigir esta Unidade Orgânica; - Que se trata de cargo/função previsto no Regulamento da Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Matricial e Flexível; no Regulamento para os Cargos de Direção Intermédia; no mapa de pessoal de 2017; no Estatuto de Pessoal Dirigente (Lei n.º2/2004, de 15/01, designadamente com as alterações da Lei n.º64/2011, de 22/12 e posteriores alterações); e diploma de adaptação à Administração Local (Lei n.º49/2012, de 29/08 e posteriores alterações); - Que a designação para o cargo/função é imprescindível para o desenvolvimento e eficiência do serviço, das atividades atrás referidas, bem como, ainda apoiar técnica e administrativamente a gestão estratégica da contratação pública de bens e serviços do Município. - Que a seleção dos titulares de cargos dirigentes é efetuada mediante procedimento concursal adequado, nos termos do Estatuto de Pessoal Dirigente, conjugado com a Portaria n.º83-A/2009, de 22/01, com a redação dada pela Portaria n.º145- A/2011, de 06/04, proponho: 1º - Que previamente à abertura do procedimento concursal para provimento de um lugar/cargo de Direção Intermédia de 2º grau - Chefe da Divisão Municipal de Educação, a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que seja designado o Júri: **Presidente:** Prof. António Camilo Pinho, Diretor do Agrupamento de Escolas de Fajões; **Vogais Efetivos:** 1ª vogal: Dr.ª Maria Margarida Duarte Ribeiro da Mota Ferreira do Nascimento, Chefe da Divisão Municipal de Administração Geral e de Recursos Humanos; 2ª vogal: Dr. Valdemar Castro Almeida, Consultor de Projetos Educativos; **Vogais Suplentes:** 1º Vogal: Prof. Vasco Machado Vaz, Diretor do Agrupamento de Escolas de Loureiro; 2ª Vogal: Dr.ª Maria da Luz Sá Pinto, Chefe da Divisão Municipal de Ação Social. Tendo em conta o reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal dos mesmos. O primeiro vogal suplente substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos; - Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do n.º1 do art.º 13º da Lei n.º49/2012, de 29/08 e posteriores alterações; 2º Que aprovada a designação do Júri, seja aberto processo de seleção para provimento em regime de comissão de serviço, em conformidade com os artigos 20º e 21º da citada Lei n.º2/2004, aplicada à Administração Local pela referida Lei n.º49/2012, pelo prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data de publicitação deste procedimento concursal

na Bolsa de Emprego Público, para um (1) lugar/cargo de Direção Intermédia de 2º grau, Chefe de Divisão Municipal de Educação; A publicação na BEP será efetuada até ao segundo (2º) dia útil a contar da publicitação do aviso no Diário da República; **Requisitos de provimento** - podem candidatar-se trabalhadores/as que exercem funções públicas por tempo indeterminado, que até ao termo do prazo previsto para a entrega das candidaturas reúnam os requisitos previstos nos Regulamentos da Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Nuclear, Matricial e Flexível: a) Possuam Licenciatura em Psicologia; b) Detenham, no mínimo, quatro anos de experiência profissional na carreira de Técnico Superior ou experiência profissional em funções para que seja exigível a formação referida na alínea anterior; **Perfil exigido, de acordo com a caracterização no Mapa de Pessoal de 2017:** Assegurar as competências previstas no Estatuto do Pessoal Dirigente e Regulamento de Organização dos Serviços Municipais; Ter conhecimento das normas e atribuições da Macro Estrutura, e das normas de controlo Interno; Ter capacidade de liderança e visão estratégica; Gestão de operações logísticas (eventos), bem como coordenação de grandes eventos municipais, relativamente afetação de recursos, quer materiais quer humanos; Ter conhecimentos avançados de gestão e avaliação de serviços; Dominar técnicas de planeamento, monitorização e controlo de conservação e manutenção de equipamentos, instalações e de edifícios escolares; Estabelecer estimativas de custos, orçamentos e planos de trabalhos; Conceber e estabelecer estudos, análises e planos, bem como elaborar pareceres sobre instalações e equipamentos escolares; Ter conhecimento da legislação da área de educação, bem como em matéria do CPA, Lei das Autarquias Locais e Código da Contratação Pública; Ter conhecimento das normas (ISO), técnicas e metodologias previstas no sistema da qualidade; Elaborar pareceres e informações quando solicitadas, dentro da sua área de intervenção; Dominar técnicas de organização, métodos e Coaching; Ter capacidade de análise crítica, de síntese e de correta construção das decisões; Ter conhecimento de planeamento e organização do trabalho dentro da divisão; Saber orientar e controlar a execução dos trabalhos dos seus subordinados; Ter conhecimentos de programas e medidas para promoção de ações inovadoras; Ter capacidade de organização; Ter capacidade de trabalhar em equipa; Ter autonomia; Ser flexível. Posse de **formação profissional** adequada ao lugar/cargo, nomeadamente: Abandono escolar e absentismo; Intervenção e avaliação psicológica; Administração, supervisão e organização escolar; Formação e capacitação parental; Promoção de competências pessoais e interpessoais; PEM; Implementação de sistemas de qualidade; Código dos Contratos Públicos; CPA. **Área de atuação** - As competências previstas para esta Divisão no art.º 14º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Matricial e Flexível, publicada no Diário da República, n.º18, de 25 de janeiro de 2013, II Série; **A remuneração** é a constante do art.º 11º do Regulamento para os Cargos de Direção Intermédia e demais regalias vigentes na administração local; **Métodos de seleção:** a) **Avaliação curricular** - visa avaliar as aptidões profissionais dos/as candidatos/as, na área para que o procedimento concursal é aberto, com base na análise do respetivo curriculum. b) **Entrevista pública** - visa avaliar as aptidões profissionais e pessoais

*dos/as candidatos/as, de acordo com os parâmetros a constar da ata do Júri do procedimento. Ter conhecimento da legislação da área, nomeadamente em matéria do CPA; Código da Contratação Pública; Regime Jurídico das Autarquias Locais; Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; SIADAP 1,2,3; Regime jurídico do desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar; Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário; Regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar; Medidas de Ação Social Escolar, Normas a observar nas atividades de animação e de apoio à família; PEM – Projeto Educativo Municipal 2013-2017, Regulamento da componente de apoio à família; Descentralização de competências - contrato interadministrativo de delegação de competências; Conselho Municipal de Educação; Educação para a cidadania; Promoção do sucesso educativo; Formação e capacitação parental e demais regimes específicos inerentes ao serviço; **Formalizações de candidaturas** - as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, e entregue pessoalmente na Loja do Município ou via postal, registada com aviso de receção, desde que expedido até ao termo do prazo fixado, para Município de Oliveira de Azeméis, Largo da República, 3720-240 Oliveira de Azeméis, devendo ser instruídas, obrigatoriamente, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos: a) Curriculum vitae detalhado, datado e assinado, com documentos comprovativos dos factos neles alegados; b) Certificado de habilitações literárias; c) Certificados de formação profissional; d) Declaração comprovativa de vínculo à Função Pública, com menção da categoria detida e com contagem de tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública; e) Outros documentos que comprovem as declarações prestadas, quanto ao requisito temporal de experiência profissional; f) Avaliação de desempenho relativa aos últimos 3 anos. - Que se remetam os 2 pontos (designação do júri e autorização de abertura de procedimento concursal) à aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do n.º2 do art.º 12º e n.º1 do art.º 13º da Lei n.º49/2012, de 29/08, conjugado com a Portaria n.º83-A/2009, de 22/01, com a redação dada pela Portaria n.º145-A/2011, de 06/04.”=====*

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Ana Sofia Pinho do PS. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada Ana Sofia Pinho do PS. =====

===== Não sei se vão discutir o ponto número oito e número nove que estão relacionados. Mas, tal como tem vindo a ser a posição do Partido Socialista, nestas questões e isso pode-se ver nas votações que temos feito nas alterações do mapa de pessoal, a bancada do Partido Socialista vai se abster. No entanto, e é isso que eu venho aqui questionar o Senhor Presidente relativamente ao ponto número oito, verificamos na informação que nos foi

apresentada, que relativamente a esta situação em concreto (concurso para Chefe de Divisão da Educação), apenas contemplam a licenciatura em Psicologia. Questiono o Senhor Presidente de Câmara, se dadas as competências que são necessárias a este cargo, o que é que se passa para nem sequer terem pensado numa abrangência com outros critérios, nomeadamente pessoas que tenham licenciatura relacionadas com o ensino ou até em Ciências da Educação? Não terão estas pessoas também, licenciaturas, competências e aptidões académicas e experiência profissionais para se terem elencado aqui nos requisitos? =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu não discuto os requisitos. Eles foram definidos e estão já previstos desde a definição do quadro do pessoal. Estamos a abrir o concurso relativamente ao provimento do lugar de Chefe de Divisão Municipal da Educação e não contempla unicamente essa característica - ser Psicólogo, tem que reunir outros requisitos que têm que cumprir. E não discuto se não poderia haver outros requisitos. Por exemplo, para chefiar um hospital, deveria então ser obrigatório ser-se médico ou enfermeiro. E, como sabem, não é isso que se passa. E muitas vezes até temos advogados ou outras entidades a gerir hospitais. Nesta questão é quase a mesma coisa. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, registando-se a seguinte votação: a favor: dezassete votos do PSD, três votos do CDS/PP e o voto do senhor Augusto Moreira - Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; abstenções: treze do PS. =====

*===== **Ponto nove:** Abertura de procedimento concursal e designação de júri para provimento de um lugar/ cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão Municipal de Conservação e Gestão Operacional - Autorização; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Lei n.º49/2012, de 29/08 e posteriores alterações, procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º2/2004, de 15/01, na atual redação, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado. - Que o “Regulamento para os Cargos de Direção Intermédia” (Anexo II ao “Regulamento da Organização dos Serviços – Adequação da estrutura orgânica”), estabelece os níveis de direção intermédia, respetivas funções, competências, formas de recrutamento e seleção, regime do contrato e estatuto remuneratório; - Que decorre do art.º 7º do referido Regulamento que os

titulares dos cargos de direção intermédia são escolhidos de entre os trabalhadores do Município ou recrutados no exterior, no mínimo com formação superior com grau académico de licenciatura e quatro anos de experiência profissional na carreira de Técnico Superior ou experiência profissional em funções para que seja exigível a formação referida na alínea anterior; - Que pelo art.º 13.º Composição do júri de recrutamento dos cargos dirigentes da citada Lei n.º49/2012, de 29/08: 1 - O júri de recrutamento é designado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, e é composto por um presidente e dois vogais. 2 - O presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal. 3 - Os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica. 4 - Aos membros do júri que não sejam vinculados à Administração Pública é devida remuneração, a fixar pela câmara municipal, cujo montante não pode ser superior ao fixado nos termos do n.º5 do artigo 21º da Lei n.º2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º64/2011, de 22 de dezembro. 5 - A pedido da câmara municipal ou do serviço municipalizado interessado, o procedimento concursal é assegurado por entidade pública competente, não integrada nos serviços do município, com dispensa de constituição de júri mas com intervenção da pessoa referida no n.º2, sendo, nesse caso, aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 1, 2, 5, 6, 7 e 12 a 16 do artigo 21º da Lei n.º2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º64/2011, de 22 de dezembro”; - A vacatura de lugar de chefia na Divisão Municipal de Conservação e Gestão Operacional, em resultado da aprovação da adequação da estrutura orgânica nuclear e Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (reunião de Câmara de 04/12 e sessão extraordinária de Assembleia Municipal de 21/12/2012, em cumprimento do disposto no art.º 25º da citada Lei n.º49/2012, de 29/08; - Que a Divisão Municipal de Conservação e Gestão Operacional dirigida por um Chefe de Divisão, tem por finalidade apoiar a política de realização de investimentos e de obras públicas municipais por administração direta, bem como assegurar a conservação e manutenção de infraestruturas, vias, edifícios, instalações municipais e outros equipamentos públicos municipais, pelo que o mesmo domina e tem conhecimentos e competências especializadas que lhe permitem ter o perfil e capacidade de liderança para dirigir esta Unidade Orgânica; - Que se trata de cargo/função previsto no Regulamento da Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Matricial e Flexível; no Regulamento para os Cargos de Direção Intermédia; no mapa de pessoal de 2017; no Estatuto de Pessoal Dirigente (Lei n.º2/2004, de 15/01, designadamente com as alterações da Lei n.º64/2011, de 22/12 e posteriores alterações); e diploma de adaptação à Administração Local (Lei n.º49/2012, de 29/08 e posteriores alterações); - Que a designação para o cargo/função é imprescindível para o desenvolvimento e eficiência do serviço, das atividades atrás referidas, bem como, ainda apoiar técnica e administrativamente a gestão estratégica da contratação pública de bens e serviços do Município. - Que a seleção dos titulares de cargos dirigentes é efetuada mediante

procedimento concursal adequado, nos termos do Estatuto de Pessoal Dirigente, conjugado com a Portaria n.º83-A/2009, de 22/01, com a redação dada pela Portaria n.º145- A/2011, de 06/04, proponho: 1º- Que previamente à abertura do procedimento concursal para provimento de um lugar/cargo de Direção Intermédia de 2º grau - Chefe de Divisão Municipal de Conservação e Gestão Operacional, a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que seja designado o Júri: **Presidente:** Eng.º António Pedro Ribeiro Valente Castanheira, Diretor do Departamento de Obras, Manutenção, Transportes e Energia; **Vogais Efetivos:** 1º Vogal: Eng.º Américo Vítor Martingo Silva, Chefe da Divisão Municipal de Empreitadas e Concessões; 2ª Vogal: Dr.ª Maria Margarida Duarte Ribeiro da Mota Ferreira do Nascimento Chefe da Divisão Municipal de Administração Geral e de Recursos Humanos; **Vogais Suplentes:** Eng.ª Teresa Margarida Aguiar Melo Almeida, Chefe da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente (equiparada a chefe de divisão) e Dr. José Manuel Costa Figueiredo Faria, Chefe da Equipa Multidisciplinar de Gestão e Administração Geral (equiparado a Diretor de Departamento); Tendo em conta o reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal dos mesmos. O primeiro vogal suplente substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos; - Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do n.º1 do art.º 13º da Lei n.º49/2012, de 29/08 e posteriores alterações; 2º Que aprovada a designação do Júri, seja aberto processo de seleção para provimento em regime de comissão de serviço, em conformidade com os artigos 20º e 21º da citada Lei n.º2/2004, aplicada à Administração Local pela referida Lei n.º49/2012, pelo prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data de publicitação deste procedimento concursal na Bolsa de Emprego Público, para um (1) lugar/cargo de Direção Intermédia de 2º grau, Chefe de Divisão Municipal de Conservação e Gestão Operacional; A publicação na BEP será efetuada até ao segundo (2º) dia útil a contar da publicitação do aviso no Diário da República; **Requisitos de provimento** - podem candidatar-se trabalhadores/as que exercem funções públicas por tempo indeterminado, que até ao termo do prazo previsto para a entrega das candidaturas reúnam os requisitos previstos nos Regulamentos da Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Nuclear, Matricial e Flexível: a) Possuam Licenciatura em Engenharia Civil, devidamente inscritos na Ordem Profissional; b) Detenham, no mínimo, quatro anos de experiência profissional na carreira de Técnico Superior ou experiência profissional em funções para que seja exigível a formação referida na alínea anterior; **Perfil exigido, de acordo com a caracterização no Mapa de Pessoal de 2017:** Assegurar as competências previstas no do Estatuto do Pessoal Dirigente e Regulamento de Organização dos Serviços Municipais; Ter conhecimento das normas e atribuições da Macro Estrutura, e das normas de controlo Interno; Ter capacidade de liderança e visão estratégica; Elaborar cadernos de encargos, memórias e especificações para concursos públicos e projetos de empreitada no domínio de obras por administração direta; Dominar métodos e técnicas de gestão de frota e manutenção; Gestão de manutenção de Infraestruturas municipais; Gestão de operações logísticas (eventos), bem como coordenação de grandes eventos municipais, relativamente afetação de recursos, quer materiais quer humanos; Ter

*conhecimentos avançados de gestão e avaliação de serviços; Dominar técnicas de planeamento, monitorização e controlo de conservação e manutenção de equipamentos, instalações e de edifícios municipais; Estabelecer estimativas de custos, orçamentos, planos de trabalhos e especificações de obras, indicando o tipo de materiais e outros equipamentos necessários; Conceber e estabelecer estudos, análises e planos, bem como elaborar pareceres sobre instalações e equipamentos municipais; Ter conhecimento da legislação da área, nomeadamente em matéria do CPA, Lei das Autarquias Locais e Código da Contratação Pública; Ter conhecimento das normas (ISO), técnicas e metodologias previstas no sistema da qualidade; Elaborar pareceres e informações quando solicitadas, dentro da sua área de intervenção; Dominar técnicas de organização, métodos e Coaching; Ter capacidade de análise crítica, de síntese e de correta construção das decisões; Ter conhecimento de planeamento e organização do trabalho dentro da divisão; Saber orientar e controlar a execução dos trabalhos dos seus subordinados; Ter conhecimentos de programas e medidas para promoção de ações inovadoras; Ter capacidade de organização; Ter capacidade de trabalhar em equipa; Ter autonomia; Ser flexível. Posse de **formação profissional** adequada ao lugar/cargo, nomeadamente: Fiscalização da execução de obras públicas; Saúde e segurança no trabalho: Gestão de projetos; Prevenção de riscos de incêndio nos edifícios municipais; Código de Contratos Públicos; Liderança e motivação; CPA. **Área de atuação** - As competências previstas para esta Divisão no art.º 14º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Matricial e Flexível, publicada no Diário da República, n.º18, de 25 de janeiro de 2013, II Série; **A remuneração** é a constante do art.º 11º do Regulamento para os Cargos de Direção Intermédia e demais regalias vigentes na administração local; **Métodos de seleção:** a) **Avaliação curricular** – visa avaliar as aptidões profissionais dos/as candidatos/as, na área para que o procedimento concursal é aberto, com base na análise do respetivo curriculum. b) **Entrevista pública** – visa avaliar as aptidões profissionais e pessoais dos/as candidatos/as, de acordo com os parâmetros a constar da ata do Júri do procedimento. Ter conhecimento da legislação da área, nomeadamente em matéria do CPA; Lei do Orçamento de Estado 2017; Código da Contratação Pública; Regime Jurídico das Autarquias Locais; Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso; SIADAP 1,2,3; Saúde e Segurança no Trabalho; Mobilidade e transportes urbanos; eficiência energética; Gestão da frota e manutenção, Gestão da produção; Manutenção de equipamentos, instalações, edifícios e pavimentos rodoviários; Gestão e garantia da qualidade; Gestão de oficinas mecânica e eletromecânica; Gestão de stock's e demais regimes específicos inerentes ao serviço; **Formalizações de candidaturas** - as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, e entregue pessoalmente na Loja do Município ou via postal, registada com aviso de receção, desde que expedido até ao termo do prazo fixado, para Município de Oliveira de Azeméis, Largo da República, 3720-240 Oliveira de Azeméis, devendo ser instruídas, obrigatoriamente, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos: a) Curriculum vitae detalhado, datado e assinado, com documentos comprovativos dos factos neles*

alegados; b) Certificado de habilitações literárias; c) Certificados de formação profissional; d) Declaração comprovativa de vínculo à Função Pública, com menção da categoria detida e com contagem de tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública; e) Outros documentos que comprovem as declarações prestadas, quanto ao requisito temporal de experiência profissional; f) Avaliação de desempenho relativa aos últimos 3 anos. - Que se remetam os 2 pontos (designação do júri e autorização de abertura de procedimento concursal) à aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do nº2 do art.º 12º e n.º1 do art.º 13º da Lei n.º49/2012, de 29/08, conjugado com a Portaria n.º83-A/2009, de 22/01, com a redação dada pela Portaria n.º145-A/2011, de 06/04.”=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada com a seguinte votação: a favor: dezassete votos do PSD, três votos do CDS/PP e o voto do senhor Augusto Moreira - Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; abstenções: treze do PS. =====

===== **Ponto dez:** Protocolo para uma estratégia de combate à violência doméstica e de género – Aprovação/ Ratificação;=====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A violência de género, onde se inclui a violência doméstica, é uma grave violação dos direitos humanos, em particular dos direitos das mulheres, tal como definido na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, da ONU, em 1995, constituindo-se como um grave problema de saúde pública, como afirmou a Organização Mundial da Saúde, em 2003, cuja efetiva prevenção, proteção e apoio às suas vítimas pressupõe um reforço da cooperação entre as várias entidades envolvidas que desenvolvem esse trabalho no terreno. - O Município de Oliveira de Azeméis é promotor da Rede Social concelhia que se constitui como uma pareceria local e efetiva que visa garantir maior eficácia e eficiência nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas das pessoas e das suas famílias, que integra nos seus princípios de ação o Princípio da Igualdade de Género (Decreto Lei n.º115/2006, Artigo 10º); - As necessidades de combater e prevenir as diversas formas de violência estão inscritas no 5º documento de Diagnóstico Social de Oliveira de Azeméis, tendo sido priorizadas no consequente Plano de Desenvolvimento Social concelhio (2016-2018) onde é preconizada a prevenção da violência, através de ações de sensibilização, formação e criação de respostas de apoio, de forma a promover a igualdade de género e o combate às discriminações; - No âmbito da atividade da Rede Social, e decorrendo das prioridades inscritas em Plano e Desenvolvimento Social Concelhio, foi elaborado e aprovado o I Plano Municipal de Prevenção e Combate à

Violência Doméstica e de Género, em consonância com V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017), apresentando 5 áreas estratégicas de intervenção: 1. Prevenir, sensibilizar e educar; 2. Proteger as vítimas e promover a sua integração; 3. Intervir junto das pessoas agressoras 4. Formar e qualificar profissionais; 5. Investigar e monitorizar; - O Governo Constitucional considera necessário e essencial promover a prevenção e o combate à violência doméstica e de género, tendo, para o efeito, definido uma estratégia de combate, denominada de “Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género” e que visa uma territorialização das respostas na área da violência, tendo em vista uma cobertura nacional progressiva dos serviços de apoio e proteção à vítima e em harmonia com o referido V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017). - Tendo em consideração o desenvolvimento desta estratégia, importa implementar uma resposta mais eficaz e eficiente, por via da harmonização e articulação dos esforços entre os parceiros do nosso território através da formalização de um protocolo; - Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 2020/2017, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e respetivas alterações. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, conforme o disposto no artigo 3.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, diploma que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, na sua redação atual.”====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido do Jorge Melo, do CDS/PP.==

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Jorge Melo, do CDS/PP.=====

===== Boa noite, senhor Presidente da Assembleia em exercício. Permita-me que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes. Relativamente ao ponto dez, portanto, um ponto apresentado para o aprovarmos aqui nesta Assembleia uma estratégia de combate à violência doméstica e do género. Protocolo que tem como objetivo a implementação de uma estratégia como objetivos e passo a citar: “A implementação de uma estratégia para o desenvolvimento de um trabalho, em rede que promova as condições mínimas necessárias ao apoio e à proteção das vítimas.”. São envolvidos este protocolo diferentes entidades e responsabilidades na forma de atuação, de sinalização de casos de violência, na formação pedagógica e na resolução e apoio às vítimas de violência. No entanto, parece-me que falta integrar neste protocolo duas entidades na sinalização de novos casos muitos deles escondidos e, como é de conhecimento geral, normalmente as vítimas de violência doméstica e de género sentem-se debilitadas, assustadas, envergonhadas tendo mesmo medo de denunciar que são vítimas deste flagelo. Na verdade: São técnicos como os de emergência pré-hospitalar, bombeiros, que no protocolo de abordagem de

uma vítima e sua avaliação pessoal, na avaliação das condições e ambiente familiar, na avaliação das condições das moradias onde habitam, e também incluindo a classe médica e enfermeiros nos hospitais que detetam e têm como obrigação comunicar a suspeita destes casos às entidades responsáveis para a devida resolução e acompanhamento destas vítimas. Desta forma, o CDS/PP sugere a inclusão neste protocolo, se assim o entenderem, fica aqui a nossa sugestão, as duas corporações de Bombeiros do município e ainda do Hospital de Oliveira de Azeméis, para que de uma forma articulada possa aumentar a probabilidade de terem um conhecimento mais realista e atempado das situações de violência doméstica que possam existir no nosso município. =====

===== Para dar resposta à intervenção anterior, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Eu não deixo de achar pertinente o que o senhor deputado aqui referiu. Mas é um protocolo que foi previamente negociado por várias entidades e assinado pelas respetivas, inclusive pela senhora Secretária de Estado. Acho que não faz agora sentido estarmos a alterar. O que não quer dizer que não faça sentido a oportunidade da discussão e daquilo que foi o aparte dado pelo senhor deputado, mas neste momento acho que não faz. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto onze:** Regulamento Municipal de Ruído do Município de Oliveira de Azeméis – Alteração – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Aos 05 dias do mês de março de 2015, foi publicado o Regulamento Municipal de Ruído do Município de Oliveira de Azeméis, o qual entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. O Regulamento Municipal de Ruído pretende regular e concretizar a forma de exercício dos poderes de fiscalização do Município de Oliveira de Azeméis no que respeita à prevenção e controlo das várias fontes de produção de ruído suscetíveis de causar incomodidade, quer durante a fase de licenciamento de operações urbanísticas, quer em todas as restantes situações em que o cumprimento dos valores limite de exposição ao ruído também se impõe. Nesse âmbito, está previsto que compete ao Laboratório Acústica de Azeméis, do Núcleo de Competências de Ambiente e Conservação da Natureza do Município de Oliveira de Azeméis, na área geográfica do concelho de Oliveira de Azeméis, a verificação do cumprimento dos valores legislados, e que as medições acústicas serão realizadas pelo Laboratório Acústica de Azeméis a pedido do

respetivo Núcleo de Competências. No entanto, considerando, quer o número reduzido de ensaios solicitados, quer de ensaios realizados no âmbito da atividade do Laboratório Acústica de Azeméis houve por conveniente, em outubro do presente ano, solicitar ao IPAC a suspensão voluntária da acreditação para todo o âmbito, uma vez que, os custos inerentes à manutenção da acreditação, os quais incluíam, anualmente, o controlo metrológico (verificação e calibração) de equipamentos, reparações, a realização das auditorias interna e de acompanhamento, e a participação em ensaios de aptidão, não estavam a ser justificados em termos da atividade exercida. Desta forma, desde 11 de outubro de 2016, o Laboratório Acústica de Azeméis teve, pelo prazo máximo de um ano, suspensão voluntária de todo o âmbito de acreditação, tendo solicitado, a 10 de março de 2017, a anulação de todo o âmbito da acreditação, não podendo realizar os ensaios de ruído ambiente, uma vez que, apenas entidades ou empresas acreditadas têm competências atribuídas legalmente para essa realização. Assim, deixarão de ter de ser suportados os encargos inerentes ao funcionamento da atividade do Laboratório Acústica de Azeméis. No entanto, todos os ensaios de ruído ambiente que venham a ser necessários deverão ser solicitados a uma entidade ou empresa acreditada, pelo que todas as solicitações terão os custos decorrentes das prestações de serviço nesse âmbito. Neste seguimento, é necessário proceder à publicação da primeira alteração ao Regulamento Municipal de Ruído, uma vez que, nesse regulamento a realização das medições acústicas está afeta ao Laboratório Acústica de Azeméis e deverá ser apenas referido que deverão ser realizadas por entidade e ou empresa acreditada. A proposta de alterações ao Regulamento Municipal de Ruído foram submetidas a consulta pública, pelo prazo de 30 dias, de 01 de fevereiro a 15 de março de 2017, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, não tendo sido rececionados quaisquer contributos. Face ao exposto, propõe-se: A aprovação da alteração ao Regulamento Municipal de Ruído, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, em sede de reunião de câmara e assembleia municipal e posterior publicação, a fazer no Diário da República, sem prejuízo de tal publicação poder ser feita também na publicação oficial da Câmara Municipal, e na Internet, no sítio institucional, das alterações do Artigo 18.º, n.ºs 2, 3, 4 e 5, e do Artigo 20.º, n.º 2, bem como da atualização das leis habilitantes do Artigo 1.º”

==== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.=====

==== Bom, só para dizer o seguinte: Desde de 11 de outubro de 2016 que o Município suspendeu, voluntariamente, pelo prazo de um ano, o laboratório acústico que fazia as medições acústicas. Tendo solicitado a anulação de todo o processo no âmbito da acreditação e não podendo por isso realizar os ensaios de ruído ambiente é necessário proceder à realização do regulamento do ruído em função destas alterações. E por isso é que se pede a sua aprovação.==

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto doze:** Isenção do pagamento de taxas devidas pela utilização dos transportes municipais – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada seguinte proposta: “Considerando que: 1) Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, dispondo de atribuições nomeadamente no domínio dos tempos livres e desporto (art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alínea f) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro e posteriores alterações; 2) Compete à câmara municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças (art.º 33.º n.º 1 alínea u) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro e posteriores alterações); 3) Compete à assembleia, sob proposta da câmara municipal, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município estando compreendidos nos poderes tributários a concessão de isenções e benefícios fiscais (art.º 25.º n.º 1 alínea c) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro e posteriores alterações e art.º 15.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro, com a redação que lhe deu a Lei nº 42/2016); 4) A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios não podendo, os mesmos, ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal (art.º 16.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro); 5) A lei 64/2013, de 27 de Agosto e posteriores alterações institui a obrigação de publicidade e de reporte de informação sobre os apoios concedidos pelas autarquias locais a favor de pessoas singulares ou coletivas dos sectores privados, cooperativo e social (...) à Inspeção Geral de Finanças, sendo nomeadamente objeto de publicidade e reporte as isenções e outros benefícios fiscais e parafiscais não automáticos cujo ato de reconhecimento implique uma margem de livre apreciação administrativa, não se restringindo à mera verificação objetiva dos pressupostos legais; 6) Nos termos do art.º 2.º do Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas Municipais a cedência das viaturas rege-se pelos princípios da igualdade, imparcialidade, proporcionalidade, transparência, participação e eficiência e está sujeito ao pagamento de uma taxa prevista na tabela anexa ao Regulamento e taxas e licenças e outras receitas municipais do Município de Oliveira de Azeméis; 7) Podem ser isentos de pagamento da taxa de utilização, os pedidos de cedência e/ou utilização para apoio a eventos de importância promocional, de representação e de divulgação do município, desde que devidamente justificados, mediante

despacho do presidente da Câmara Municipal ou vereador com competência delegada, ate ao limite de três isenções/ano por entidade, podendo este limite ser alargado (art.º 11.º do Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas Municipais); 8) Poderão ser rejeitados os pedidos apresentados por quem se encontrar em dívida para com o município (art.º 7.º n.º 1 alínea a) do Regulamento); 9) Os serviços, desenvolveram as diligências necessárias à boa cobrança das guias em dívida, nomeadamente, notificando as várias entidades para procederem ao pagamento voluntário das mesmas, conforme se prova nos anexos; 10) Nos termos do art.º 48.º n.º 1 da Lei Geral Tributária - LGT, o direito de liquidar os tributos caduca se a liquidação não for validamente notificada ao contribuinte no prazo de quatro anos, quando a lei não fixar outro; 11) Algumas notificações efetuadas foram extemporâneas não cumprindo com o estabelecido no art.º 48.º n.º 1 da LGT, fazendo caducar o direito à liquidação dos tributos; 12) Após as notificações efetuadas, as diversas entidades manifestaram-se no sentido de não terem capacidade económico-financeira para proceder aos pagamentos solicitados, além do que, prestam um serviço público aos munícipes deste concelho; Considerando ainda: 1. O princípio da prossecução do interesse público da administração (art.º 4.º do CPA), que se manifesta: a) Na crescente importância do desporto e das atividades de lazer como fator de promoção de saúde, de bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos, o que vincula e responsabiliza as autarquias locais na oferta de condições que satisfaçam tais expectativas; b) No facto da prática desportiva ser um meio de ocupação de tempos livres que se traduz positivamente na formação pessoal e social, contribuindo para a construção de estilos de vida saudáveis; 2) Que as entidades desportivas e recreativas do município têm, como objetivo geral, incrementar hábitos de participação continuada da população em atividades desportivas e recreativas, num ambiente seguro e saudável, que contribua para o bem-estar da comunidade, promovendo diretamente para a melhoria da qualidade de vida, bem como da qualidade dos serviços prestados à população; 3) Que, quer as atividades desportivas quer as recreativas asseguradas por várias entidades do município de Oliveira de Azeméis têm assumido um crescente papel promocional, de representação e de divulgação do município; 4) Não obstante a importância das atividades desportivas e recreativas de génese municipal e o papel desempenhado pelas entidades promotoras, estas debatem-se diariamente com dificuldades de ordem financeira e a continuidade das suas atividades, de reconhecido interesse municipal (desportivo e recreativo), dependerá sempre de apoio institucional; Pelo exposto propõe-se que: a) Seja reconhecido o interesse público municipal das atividades realizadas pelas entidades (desportivas e recreativas) constantes no anexo I, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, nomeadamente pelo papel que desempenham na promoção, representação e divulgação do município; b) Seja reconhecida a caducidade do direito à liquidação dos tributos constantes nos anexos, nos termos e para os efeitos do art.º 48.º n.º 1 da LGT; c) A Câmara Municipal remeta a presente proposta para isenção das taxas constantes nas tabelas anexas, nos termos e para os efeitos dos art.º 25.º n.º 1 alínea c) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro e posteriores alterações, art.º 15.º e 16.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro e art.º 11.º do Regulamento, ao órgão -

Assembleia Municipal; d) Que a isenção tenha efeitos retroagidos à data da decisão da cedência da viatura, nos termos e para os efeitos do art.º 156.º n.º 2 alínea a) do CPA; e) Que sejam rejeitados todos os pedidos de cedência de viaturas apresentados pelas entidades referidas, posteriores a esta data, desde que se encontrem em dívida para com o município, em obediência ao art.º 7.º n.º 1 alínea a) do Regulamento;” Mais se propõe, sem prejuízo do que já se encontra estabelecido pelo Regulamento aplicável (Regulamento de Cedência e Utilização de Veículos Municipais de Transporte de Passageiros), e ao abrigo do disposto no art.º 16º, nºs 2 e 9, da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, com a redação que lhe deu a Lei Orçamento de Estado de 2017, aprovada pela Lei nº 42/2016, de 28.12: f) que a Assembleia Municipal delibere aprovar a isenção das taxas de transportes em veículos do município até ao montante de isenções atribuídas no ano de 2016, valendo este montante como valor limite de estimativa da despesa fiscal, com efeitos reportados a 1.1.2017 ao abrigo do disposto no art.º 156º, nº 2, al. a) do C.P.A., ficando a competir à Câmara Municipal (ou ao Presidente da Câmara ou Vereador competente) o reconhecimento do direito à isenção.”=====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Esta é uma proposta que já foi levada a reunião de Câmara e que já foi aprovada, no sentido de isenção de taxas relativas a transportes municipais a um conjunto de associações e coletividades. E que, no fundo, é para fazermos um “reset” aquilo que tem a ver com estas taxas dos transportes municipais. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de José Lourenço, do PS. ==

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Lourenço, do PS. =====

===== Senhor Presidente, restante Mesa, Vereadores, executivo, público, comunicação social. Relativamente a este ponto, senhor Presidente, o Partido Socialista votará a favor. Contudo, este tema faz levantar uma outra questão que tem a ver diretamente com os apoios concedidos às associações e que nós há uns anos para cá temos vindo a alertar para a necessidade de se elaborar um novo regulamento para a concessão de apoios financeiros a entidades e organismos que seja justo e transparente e que trate todo o movimento associativo por igual. Todos concordamos que a autarquia deva colocar os seus autocarros ao serviço da comunidade e do movimento associativo em geral. É uma prática corrente e normal com a qual o PS concorda. Temos efetivamente uma realidade associativa que nos orgulha, composta por associações e coletividades que em diversas áreas dignificam e promovem o nome de Oliveira

de Azeméis. Sucede-se que o regulamento de cedência e utilização de veículos municipais de transportes de passageiros em vigor, e que aprovamos nesta Assembleia, já preconiza que sejam dadas três isenções por ano por associação ou entidade. Com este alargar de isenções excepcionais, que se sente reduzido num certo número de clubes e associações, estamos a desvirtuar o regulamento de transportes beneficiando alguns clubes e associações em detrimento de outros, o que não deveria de acontecer. Referir que nada nos move contra as associações elencadas, mas sim o facto de usufruírem de recursos públicos limitados pelo que temos a obrigação de os gerir com todo o rigor e por isso o PS sempre tem defendido que a atribuição desses recursos deve ser feita com base em critérios transparentes e justos que todos percebam e acedam. Senhor Presidente, uma gestão correta dos recursos públicos deverá pautar-se, mais uma vez, pela definição de um regulamento de uma atribuição de subsídios às coletividades. Algo que, apesar de várias promessas, não foi possível nestes últimos dois mandatos por forma a assegurar a equidade nos apoios concedidos. Senhor Presidente, pessoalmente, tenho a convicção que o registo deste executivo está a mudar para melhor nesta matéria, quer por conhecimento de algumas das suas ideias, quer por saber que tem a sensibilidade para abordar estas questões. Se, efetivamente, quer cumprir a promessa que já fez publicamente relativamente ao referido regulamento de conceção de apoios financeiros; Com certeza que terá o nosso apoio. No entanto, lamentamos que o mesmo já não venha a ter qualquer eficácia neste mandato. Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta à intervenção anterior, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Em primeiro lugar, ainda bem que estamos de acordo relativamente ao essencial desta matéria e ao ponto em apreço. Relativamente ao regulamento: É verdade que eu disse publicamente e, sei que já houve uma serie de reuniões para que de facto ele seja concluído, é verdade também que, não é fácil incluir num regulamento tanta diversidade que há em termos de coletividades, associações, instituições, IPPS, que poderão ou não vir a beneficiar de acordo com aquilo que for a estrutura do regulamento mas, espero cumprir com essa palavra ainda dentro deste mandato. E que pelo menos possa ser aprovado na próxima reunião de junho, que é a próxima, senão houver nenhuma extraordinária. Mas, quanto ao essencial, nós estamos aqui num registo e que todos nós concordamos em relação a esta isenção que se transforma de alguma forma num subsídio atribuído a estas associações e coletividades. Mas também haver critérios e objetivos que possam de alguma forma ser de tal forma abrangentes que condicionem aquilo que são as necessidades das nossas coletividades. Há uma questão com a qual eu gosto sempre de brincar: Acho que, em qualquer circunstância, se deve evitar que as associações e coletividades do nosso município entrem num registo da subsidiodependência. Portanto, têm que ter capacidade de sobrevivência - no bom sentido -, normalmente potenciando as suas atividades e o seu registo de atividade enquanto entidade e enquanto associação ao

serviço do público com voluntários sempre numa questão de doação no que é serviço público. Mas, obviamente, que há um limite. E limite é: Que o regulamento deve servir para incentivar a entidade a criar melhores condições daquilo que for a atividade e as infraestruturas. Porque, como sabe: Concorreram agora, e ainda bem, a esta candidatura lançada pelo Instituto IPDJ e que mais uma vez neste capítulo, e aqui é universal, é para todas as associações que se candidataram, vão buscar 50% até ao limite dos 100 mil euros. E a Câmara Municipal também se comprometeu com todas, sem exceção, que sobrescreveu por escrito - mantendo o registo que tem feito até aqui - em participar com 20%. É um bom registo e mais uma forma que nós temos, porque 50% + 20% = 70%, e a instituição tem ainda que ter uma boa parte. Porque se estamos falar de uma candidatura de 100 mil euros, pelo menos 30 mil euros têm que arranjar com muito sacrifício, que sei que o é. Mas, infelizmente, a opção tem que ser feita. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto treze:** Desafetação do domínio público de uma parcela de terreno, sita na Zona Industrial de Fajões – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O exposto pela Junta de Freguesia de Fajões, através do qual refere que o caminho não é utilizado sobretudo no troço indicado na planta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, estando portanto desativado na generalidade, onde apenas dá serventia às duas unidades confinantes; - O parecer da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de Fajões, a corroborar o desinteresse do troço a desafetar; - Que a incorporação do prédio melhora substancialmente as condições de logística, circulação, afastamentos, fluidez de todo o trânsito entre as duas empresas, designadamente em cargas e descargas, armazenamento, entre outras, pelas empresas pertencentes ao mesmo grupo com atividades similares, sendo também do interesse municipal o apoio às empresas, conforme solicitado; - Que se justifica, porque é proporcional a desafetação do domínio público, de um bem sem utilidade pública, por já não ter qualquer utilidade, designadamente no troço indicado, acrescido da inexistência de infraestruturas públicas, à exceção da pavimentação, que segundo foi apurado, foi executada totalmente a expensas dos particulares. Propõe-se: Face aos considerandos supra e atendendo, ao previsto no artigo 107.º do RGECM (Lei 2110), quando estabeleceu que os troços municipais que, em virtude de execução de variantes, deixaram de fazer parte da rede Municipal, podem ser incorporadas nos prédios confinantes, nos termos do disposto nos artigos 8.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 19502, de 24 de Março de 1931, a aprovação da desafetação do domínio público para o domínio privado do troço indicado na referida planta a que correspondem 1.175,00m2.”=====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido do Jorge Paiva – Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Jorge Paiva, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

===== *Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, colegas membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Sobre o ponto e discussão compete-me dizer algo a este Plenário. O Grupo Fersil SA., no desenvolvimento da sua ação empresarial que foi desenvolvendo ao longo de vários anos cresceu, hoje localizado na Vila de Fajões, dentro do perímetro industrial (vulgo Zona Industrial de Fajões), inserido numa área geográfica por excelência concentrada nas freguesias de Cesar, Fajões e Carregosa, e tem levado o nome do nosso município e das freguesias do Nordeste do concelho por este mundo afora graças ao dinamismo da sua Administradora D^a Lurdes Silva. O momento em que vivemos é de dar a volta a momentos difíceis e arrojados, aos quais o Grupo FERSIL dentro da sua dinâmica sabe muito bem levar por diante outros desafios para conquistar mercados hoje em dia muito agressivos. O grupo FERSIL tem em mente novos investimentos e daí a necessidade de aproximar as suas unidades dentro de um percurso interno, evitando por essa via uma diminuição de procedimentos administrativos. Para isso solicitou, em tempos, à Junta de Freguesia a possibilidade de adquirir parte do caminho outrora pavimentado pelo Grupo derivando a unificação dos terrenos da Fersil e da Ibotec o que, de imediato, foi-lhes transmitido não haver impedimento desde que fosse tramitado junto da Câmara e Assembleia Municipal a sua desafetação do domínio público para o domínio público privado do Município. O troço do acesso em causa não prejudica terceiros, pois existe uma serventia mais próxima dos terrenos confinantes que se faz pela Rua Ferreira de Castro cujo acesso é condigno. A Junta de Freguesia de Fajões deliberou por unanimidade em 13 de setembro de 2016 ser favorável à sua alienação e, de seguida, também solicitou a opinião da Assembleia de Freguesia de Fajões que em 26 de setembro deu parecer favorável. Neste conspecto, houve lugar a reuniões para que a freguesia de Fajões tenha também contrapartidas, para a dinamização de interesses públicos, nomeadamente apoio a obras e a instituições locais. Irá haver lugar, como será evidente, a oneração do valor patrimonial a ser devolvida da respetiva avaliação pela Câmara Municipal. Nesse sentido, penso que estaremos em condições de apoiar uma grande empresa que irá a curto prazo fazer crescer ainda mais o seu património industrial, dando origem no retorno de mais impostos para a receita municipal, mas acima de tudo a criação de mais emprego que hoje é uma mais-valia para os nossos jovens que procuram o seu futuro.* =====

===== Para dar resposta à intervenção anterior o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Presidente da Câmara Municipal. =====

===== O senhor Presidente de Junta foi suficientemente esclarecedor e além do mais este ponto já foi discutido e aprovado em Reunião de Câmara. Mas tem, obviamente, a última palavra a Assembleia Municipal. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno de Aragão, do PS. =====

===== Só uma declaração de voto: Naturalmente, Senhor Presidente, que nada nos opõe à bondade da proposta mas vamos nos abster. Na documentação não há nada sobre os outros proprietários. E uma vez que deixam naturalmente de ter acesso e fazer uso para chegar aos seus terrenos indo pelo outro caminho; Não ponho isso em causa. É só uma questão de conforto na votação. Só isso. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Presidente da Câmara Municipal para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente - peço desculpa: Mas convém dizer também que, se for aprovado, depois, serão afixados editais no local. E se houver reclamações, claro que serão reconsideradas. Nós estamos a seguir os procedimentos legais que temos que seguir. Portanto, mesmo tendo a manifestação por escrita por parte dos proprietários confinantes, havendo a fixação dos editais, podem a qualquer momento fazer a reclamação e manifestar a sua oposição.

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, registando-se a seguinte votação: a favor: doze votos do PSD, três votos do CDS/PP;- abstenções: dez do PS. =====

===== **Ponto catorze:** AFS – advanced solutions, S.A. – Pedido de reconhecimento de interesse público municipal do investimento realizado e a realizar e pedido de isenção de IMT e IMI; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
- o Município de Oliveira de Azeméis, consciente da dinâmica empresarial instalada, tem vindo a implementar e desenvolver um conjunto de atuações que visam a promoção socioeconómica

do Concelho, nomeadamente no estímulo do espírito de iniciativa e de empreendimento e na promoção da potencialidade de investimento, através de uma resposta mais rápida e eficaz às solicitações dos empresários locais, dos investidores e dos agentes económicos em geral; - no âmbito das suas atribuições compete à Câmara Municipal, no que respeita ao planeamento e desenvolvimento, promover e apoiar o desenvolvimento de projetos de interesse municipal; Considerando ainda: - a Lei N°7-A/2016, de 30 de março, que aprova aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2016 e o disposto nos seus art.º 195º e 196º; - o disposto na alínea d) art.º 15º e o n° 2 do art.º 16º da Lei N° 73/2013, de 3 de setembro – Regime Jurídico das autarquias locais; - a informação técnica – I/76071/2016; - o parecer jurídico de 07/02/2017, propõe-se: - que seja aprovado pelo executivo municipal remeter à Assembleia Municipal para deliberação o reconhecimento do interesse público municipal do investimento realizado e a realizar no nosso Concelho por parte da empresa AFS - advanced solutions, S.A. - que seja aprovado pelo executivo municipal remeter à Assembleia Municipal para deliberação a aprovação de isenção total de IMT relativa à aquisição do(s) lote(s) a adquirir pela empresa; - que seja aprovado pelo executivo municipal remeter à Assembleia Municipal para deliberação a aprovação de isenção total de IMI solicitado; - o indeferimento das solicitações pedidas de devolução ou reembolso do IMT e IMI já pagos.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Se me permite, eu pedia ao Senhor Vice-Presidente para dar as explicações necessárias deste ponto e do seguinte. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente para prestar esclarecimentos. =====

===== Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores. Portanto, nos dois pontos catorze e quinze, as propostas são semelhantes. Basicamente, estas duas empresas o que solicitam é o reconhecimento de interesse público e municipal e do investimento que pretendem realizar em Oliveira de Azeméis. São duas empresas que já estão instaladas na Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro e, relativamente a essa primeira, aquisição dos lotes onde se instalaram já pagaram o IMT e o IMI devido pela instalação no local. Mas, agora, também pretendem relativamente a outros lotes que pretendem adquirir que a Câmara delibere isentá-las do IMT e do IMI que vier a ser imposto e a incidir sobre essa aquisição. Relativamente ao futuro, eles também pretendem a devolução do IMT e do IMI já pago e pretende que o município

declare que os vai isentar do IMT e do IMI dos lotes que pretendem adquirir para ampliar as respetivas instalações. Está anexo à proposta um parecer jurídico, do nosso consultor, que impossibilita a devolução do IMT e do IMI já pagos. Relativamente ao futuro e à pretensão destas duas empresas da isenção do IMT e do IMI, no caso de aquisição dos novos lotes compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a possibilidade de atribuir ou não a isenção destes impostos. Basicamente a proposta em si contempla várias sub-propostas. Não sei como é que pretendem proceder à votação? No primeiro ponto: Pretendem que seja aprovado o reconhecimento público do investimento já realizado e a ser realizado no nosso concelho; No segundo: Pretendem que seja aprovado a isenção total do IMT, relativamente à aquisição dos lotes ou lotes já adquiridos por cada uma das empresas; E por último - A proposta é que seja aprovado pela Assembleia Municipal a isenção total do IMI. Relativamente à devolução dos impostos já pagos, o que nós (Câmara Municipal) propomos - é o indeferimento dos pedidos de devolução.=====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido do deputado Carlos Costa Gomes do PSD.=====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Costa Gomes, do PSD.=====

===== Sendo da responsabilidade desta Assembleia Municipal se pronunciar sobre as isenções referidas, o PSD sobre esta matéria gostaria de salientar os seguintes aspetos: 1- Não existem registos nem jurisprudência administrativa neste tipo de pedidos de isenção, isto quer dizer que estamos perante um novo paradigma e modelo de solicitação das empresas, neste caso, não de unidades já criadas mas a constituírem-se; 2- Se não há jurisprudência, é prudente que se analise com a devida maturidade tal isenção que visa consignar benefícios para as entidades signatárias; 3- Do mesmo modo, devemos ter em conta de que a aplicação das isenções solicitadas deve acautelar benefícios para o município e para os munícipes; 4- Tendo em conta a categorização do pedido de isenção, colocam-se questões de deontologia e ética e de justiça administrativa da decisão, isto é: face ao solicitado por estas entidades, como se deve agir perante as outras entidades que pagam como é o seu dever este imposto? 5- Ao ceder a esta solicitação, legítima por parte da entidade requerente, o Município cai em contradição com as entidades que todos anos liquidam o imposto criando desigualdades e discrimina o requerente; 6- Fere, de igual modo, o princípio da justiça e da igualdade de tratamento privilegiando uns em relações a outros; 7- Realçamos ainda o princípio da solidariedade que deve nortear a unidades industriais na sua atividade e na produção de riqueza que gere ou podem vir a gerar para com o município. Porém, levantada a questão, deve o executivo juntamente com esta Assembleia estudar formas e critérios de atribuição de isenções a unidades industriais que se

venham a demonstrar serem benéficas para o concelho e para os munícipes. Assim sendo, somos de parecer que, não havendo jurisprudência administrativa nesta matéria, não estando acautelados os princípios da justiça equitativa de transparência e da responsabilidade partilhada, deve o executivo indeferir o pedido de isenção do IMI e de IMT. Quanto ao pedido de devolução do pagamento dos referidos impostos: Não nos pronunciamos porque existe uma decisão jurídica, mas concordamos com a decisão. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade reconhecer o interesse público municipal do investimento realizado e a realizar no nosso concelho e rejeitou por maioria a isenção total do IMT e do IMI, com a seguinte votação: - a favor: doze votos do PS; -contra: doze votos do PSD, três do CDS/PP e o voto do Senhor Presidente da União de freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca. =====

*===== **Ponto quinze:** GOODRYSER – forest management, S.A. – Pedido de reconhecimento de interesse público municipal do investimento realizado e a realizar e pedido de isenção de IMT e IMI. =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - o Município de Oliveira de Azeméis, consciente da dinâmica empresarial instalada, tem vindo a implementar e desenvolver um conjunto de atuações que visam a promoção socioeconómica do Concelho, nomeadamente no estímulo do espírito de iniciativa e de empreendimento e na promoção da potencialidade de investimento, através de uma resposta mais rápida e eficaz às solicitações dos empresários locais, dos investidores e dos agentes económicos em geral; - no âmbito das suas atribuições compete à Câmara Municipal, no que respeita ao planeamento e desenvolvimento, promover e apoiar o desenvolvimento de projetos de interesse municipal; Considerando ainda: - a Lei N°7-A/2016, de 30 de março, que aprova aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2016 e o disposto nos seus art.º 195º e 196º; - o disposto na alínea d) art.º 15º e o n.º 2 do art.º 16º da Lei N° 73/2013, de 3 de setembro – Regime Jurídico das autarquias locais; - a informação técnica – I/76084/2016; - o parecer jurídico, em de 07/02/2017, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - que seja aprovado pelo executivo municipal remeter à Assembleia Municipal para deliberação o reconhecimento do interesse público municipal do investimento realizado e a realizar no nosso Concelho por parte da empresa GOODRYSER – Forest Management, S.A. - que seja aprovado pelo executivo municipal remeter à Assembleia Municipal para deliberação a aprovação de isenção total do IMT relativa à aquisição do(s) lote(s) a adquirir pela empresa; - que seja aprovado pelo executivo municipal remeter à Assembleia Municipal para deliberação a aprovação de isenção total do IMI solicitado; - o indeferimento das solicitações pedidas de devolução ou reembolso do IMT e IMI já pagos.”=====

===== *Este ponto foi analisado e discutido em conjunto com o ponto anterior.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade reconhecer o interesse público municipal do investimento realizado e a realizar no nosso concelho e rejeitou por maioria a isenção total do IMT e do IMI, com a seguinte votação: - a favor: doze votos do PS; - contra: doze votos do PSD, três votos do CSD/PP, o voto do senhor presidente de Junta de Cesar, e o voto do Senhor Presidente de União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca.* =====

==== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição da senhora Lucinda Gonçalves de Paiva, residente na Rua Domingues José Soares da Silva, nº 128 – Vila de Cucujães.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à senhora Lucinda Gonçalves Paiva.* =====

===== *Hoje dirijo-me a todos para lhes dizer o seguinte: Desde 2000 que ando a lutar para ter água própria, para poder beber e cozinhar. Ora, na minha rua os poços estão todos contaminados com águas fecais. Quando chove os moradores despejam as fossas e é um cheiro nauseabundo. Passo a vida a comprar água pois, mando fazer análises todos anos a água e o resultado é sempre o mesmo: imprópria para consumo. Desde 2002 que ando a “bater às portas” dos presidentes que por aqui foram passando, vereadores, enfim, à procura de ajuda por parte de quem me pode ajudar. Mas ninguém me dá resposta. Fui à Indaqua e pedi que eles metessem saneamento e água; Eles respondem que só o podem fazer com ordens da Câmara Municipal. Eu estou a 40 metros da água. Quando fui à Indaqua falei com uma engenheira, que não vale a pena referir quem é, foi de boca a boca e essa senhora disse-me: “... nós podemos por lá a água mas vai-lhe custar uma média de €3.000,00 (três mil euros) ” - Eu pagar pelos outros? Não pago, porque eu pago os meus impostos à Câmara Municipal. “E o que for mais à frente a senhora tem que pagar a €60,00 euros o metro. ” - Ora, como é que vou fazer? É de boca a boca, não posso testemunhar porque ela não me fez isso por escrito. Ultimamente pedi para falar com o senhor presidente Hermínio, mas não estava disponível e mandou o senhor Vice-presidente. Expliquei toda a situação e o Senhor disse-me para eu ir falar à Indaqua (isto é o jogo do empurra) com as pessoas responsáveis e eles que colocassem lá a água. Então, eu pagaria e durante uns anos eu teria água de graça. Está bonito não está? Bem, eu voltei à Indaqua com a resposta do senhor Vice-presidente. Onde recebi a resposta, de que não era assim que funcionava. A água contaminada dá cabo de uma pessoa provocando uma série de*

doenças. Quando chega ao verão é só moscas varejeiras na minha casa por conta das águas e fossas lá fora. Isto é inadmissível, têm que fazer algo. Se na Rua José Domingues Soares da Silva há uma parte que tem água, porque é que ela não vai para lá para cima também? Porque é que ela não chega até mim? Agora isto fica na consciência de vossas excelências. Eu tenho mandado cartas e mais cartas e ninguém me responde. Vou ter que ir ali para a frente da Câmara fazer greve de fome ou de sede? Eu tenho 70 anos, o meu marido tem 74 anos, e eu não posso andar sempre a comprar e carregar garrações e depois ir mete-los ao lixo porque quem os paga sou eu. Pensem bem e dêem-me uma resposta por favor. E, com este problema não sou só eu, infelizmente, são muitos. Há 40 anos que naquela zona se começou a construir e perto do inverno ou até quando chove no verão estão sempre a despejar as fossas na via pública e ninguém faz nada. Eu não acuso ninguém, aquilo está à vista de qualquer um. Mas os senhores deviam ver as fotografias que tirei e que mostram as águas fecais a descerem pela estrada. Peço desculpa pela minha ousadia, mas eu tinha que desabafar e procurar uma solução.=====

===== Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito:=====

===== Prometo que em breve terá uma resposta.=====

===== Antes de terminar, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade.=====

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal disse: =====

===== Bom fim-de-semana a todos. Muito obrigado.=====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, declarou encerrada a Sessão, eram vinte e duas horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====